

Descaminhos da Esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política.
Ivo Tonet e Adriano Nascimento

Índice

1. Introdução	02
2. Marx e a Centralidade do Trabalho	03
3. O Caminho Social-Democrata para o Socialismo	09
4. Os Descaminhos da Revolução Soviética	16
5. O Eurocomunismo e a Via Democrática para o Socialismo	22
6. Conclusão	26
7. Bibliografia	32

1. Introdução

Faz mais ou menos cento e cinquenta anos que se trava uma luta encarniçada entre capital e trabalho. Inúmeras foram as vicissitudes que essa luta sofreu. Muitas foram as vitórias que o trabalho alcançou sobre o capital. No entanto, sempre foram vitórias parciais. Nenhuma delas conseguiu por em xeque a lógica mais profunda do seu antagonista, de modo que cada uma dessas vitórias foi sempre assimilada pelo capital, para continuar a repor, sob novas formas, a exploração do homem pelo homem.

As conseqüências dessas sucessivas derrotas do trabalho, apesar de todas as vitórias parciais, foram gravíssimas. A principal delas, ao nosso ver, foi que a classe trabalhadora acabou perdendo, cada vez mais, a sua perspectiva revolucionária, de superação do capital, para dedicar-se à luta por melhorias tópicas. Os partidos de esquerda, que se diziam representantes dos interesses da classe trabalhadora e condutores da sua luta, foram se tornando, cada vez mais, partidos tipicamente burgueses, cujo objetivo não era mais a emancipação humana, mas a tomada do poder, na suposição de que, por intermédio dele, poderiam realizar as transformações sociais.

Deste modo, de algumas décadas para cá, a luta pela construção de um mundo livre, justo e igualitário encontra-se numa situação paradoxal e trágica. Em inúmeros países, especialmente dos mais desenvolvidos, partidos que se proclamavam de esquerda assumiram o poder, prometendo combater o neoliberalismo e realizar profundas mudanças sociais. No entanto, o que se viu e está vendo é que todos eles acabaram contribuindo para impor mudanças que favorecem o capital e vão contra os interesses da classe trabalhadora.

Como se explica esse abandono do ideal revolucionário? Como se explica que partidos, que pretendiam liderar a mudança radical do mundo, tenham se emasculado tanto, transformando-se em instrumentos de reprodução da ordem social do capital? Como se explica essa crença absurda no Estado como instrumento de mudança do mundo?

Só o exame do processo histórico decorrido ao longo desses últimos cento e cinquenta pode nos ajudar a compreender essa complexa e contraditória situação.

Certamente uma compreensão mais detalhada e profunda dessa situação mereceria inúmeros e alentados estudos. Parece-nos, contudo, que existe, nesse processo, um fio que corre ao longo de todo ele e que podemos denominar: o deslocamento da centralidade do trabalho para a centralidade da política. Um processo complexo, que envolve aspectos econômicos, políticos, sociais e ideológicos e que acabou por colocar a classe trabalhadora de joelhos face ao capital. É este fio que buscaremos acompanhar ao examinar o processo histórico desses últimos cento e cinquenta anos.

Não obstante as sucessivas derrotas que o trabalho sofreu face ao capital, a luta entre esses dois inimigo continua. Não importa quantas mudanças tenham sofrido esses contendores, os embates entre eles não cessam. Até porque, ao contrário do que querem fazer crer os liberais de todos os matizes e os que abandonaram a perspectiva revolucionária, eles são inimigos irreconciliáveis. No entanto, apenas um deles representa um futuro promissor para a humanidade: o trabalho. O capital significa, necessariamente, pela sua própria lógica, a destruição da espécie humana.

Contudo, a retomada da perspectiva revolucionária não está sendo nada fácil. Exige um gigantesco esforço – teórico e prático. E exige, de modo especial, que se procurem entender os caminhos que levaram a esquerda a concentrar, cada vez mais, todos os seus esforços no parlamento e no Estado, acreditando que, com isso, estaria caminhando no sentido da construção de um mundo autenticamente humano.

2. MARX E A CENTRALIDADE DO TRABALHO

Ao longo dos últimos cento e cinqüenta anos, especialmente a partir do último quartel do século XIX, a esquerda sofreu um gradativo processo de reformização. Não obstante o impulso revolucionário que a luta contra o capitalismo recebeu com a revolução soviética, esse processo se tornou cada vez mais amplo e intenso, até assumir a forma atual da chamada “via democrática para o socialismo”, ou até abrir mão completamente da proposta de superação do capitalismo.

A crítica ao reformismo tem enfatizado a diferença entre o caminho reformista – típico da social-democracia e dos partidos socialistas – e o caminho revolucionário – típico das revoluções de tipo soviético. Por sua vez, a crítica às revoluções desse último tipo centra-se nos aspectos políticos, afirmando que o descaso pelo que é chamado de socialização do poder político (Estado, democracia, cidadania, etc) seria a causa fundamental do extravio dessas tentativas de construção do socialismo.

Ao nosso ver, tanto no caso do caminho reformista quanto no caso do caminho revolucionário, o que aconteceu foi um deslocamento da centralidade do trabalho em direção à centralidade da política. E aqui reside todo o problema: o protagonismo da revolução foi tirado das mãos da classe trabalhadora para ser colocado nas mãos do Estado que, para Marx, como veremos, é, por sua natureza, expressão e condição de reprodução da desigualdade social e, portanto, da exploração do homem pelo homem.

O caminho concreto desse deslocamento será examinado em outro momento. Aqui nos interessa a compreensão dessa primeira parte: o significado da centralidade do trabalho. A afirmação de que o trabalho tem o papel decisivo na transformação revolucionária da sociedade capitalista. Esse é, segundo pensamos, o caminho que foi indicado por Marx e representa a autêntica via revolucionária. Mas, o que significa exatamente, para Marx, a centralidade do trabalho? E, em que difere o que ele pensou da interpretação que foi dada por aqueles que pretendiam se pautar pelas suas idéias?

É razoavelmente fácil entender essa diferença em relação aos que trilham o caminho da reforma. Mais complexo é verificar isso em relação aos que buscaram o caminho revolucionário. Mesmo aqui, porém, a diferença é fundamental. Veremos isso na seqüência do trabalho.

O fato é que o caminho revolucionário sempre foi identificado com a revolução de tipo soviético. Este, sim, era tido como o desdobramento prático das idéias revolucionárias de Marx, embora adaptadas à situação concreta. Ora, em resumo, as revoluções de tipo soviético sempre significaram a tomada do poder para, por meio dele, realizar as transformações em direção ao socialismo. O que significa dizer que caberia à política (ao Estado) o papel de capitanear a construção do socialismo.

Por outro lado, a perspectiva reformista (social-democrata, via democrática para o socialismo) atribuía à política o papel de eixo norteador da luta pelo socialismo na totalidade do processo. Até porque os reformistas entendiam que se tratava de uma caminhada lenta e gradual, não comportando, em momento algum, uma ruptura radical. O resultado, neste caso, é que o eixo de toda a luta social, mesmo das lutas travadas fora do parlamento, está colocado no interior deste. Isto porque se pressupõe que a superação do capitalismo seja um processo que se realize sem que, em momento algum, se dê uma quebra do ordenamento democrático. Parece, no entanto, que não era isso que Marx, baseando-se na análise do processo real, pensava. E, portanto, que aquelas idéias fogem inteiramente à perspectiva dele. Qual seria, então, a sua proposta? E qual seria o sentido da centralidade do trabalho, na perspectiva marxiana?

O defeito principal daqueles caminhos a que acima nos referimos, é a perda, tanto pelos reformistas quanto pelos revolucionários, daquilo que era o eixo estruturador do pensamento de Marx: o homem em seu processo de autoconstrução. Seu foco se tornaram as categorias políticas e/ou econômicas desconectadas desse processo de tornar-se homem do homem. Como diz Chasin (Ensaio, 17/18: 30), em uma crítica mais ampla:

O que fica perdido, quando a obra marxiana é tomada de modo cientificista, seja reduzida a uma disciplina qualquer (economia, história, política) ou à mera reflexão gnosiológica (lógica, epistemologia, teoria do conhecimento), ou ainda à simples ideação da prática política, – é justamente o centro nervoso e estruturador da reflexão marxiana: o complexo de complexos constitutivo pela problemática da autoconstrução do homem, ou, sumariamente, o devir homem do homem; (...).

A compreensão desse deslocamento da centralidade do trabalho para a centralidade da política, que confere necessariamente um caráter reformista ou, pelo menos não radicalmente revolucionário, a todos os esforços que pretendem construir uma sociedade justa e igualitária, passa pelo exame inicial do que Marx pensou a esse respeito.

Não se trata, no entanto, de buscar, nos textos de Marx, aquelas partes onde ele se refere diretamente à questão do caminho para o socialismo. Este procedimento, aliás, é muito comum. Busca-se na letra o pensamento de Marx a respeito de qualquer questão. Ao nosso ver, o caminho é outro. No caso em tela, trata-se de buscar o fio condutor que permitirá compreender o processo de tornar-se homem do homem desde o “instante” do seu nascimento até o momento em que ele se encontra atualmente, vale dizer, até a sociabilidade capitalista. E de quais seriam os parâmetros – porque os caminhos concretos são imprevisíveis – que deveriam nortear a construção de uma sociedade comunista.

Vale enfatizar que essas determinações gerais não são elementos imutáveis. Ao contrário, são determinações “moventes e movidas” que, no entanto, por terem maior continuidade e unidade, garantem o caráter de totalidade do ser social, unificando e dando continuidade à diversidade e à mutabilidade infinitas dos aspectos imediatos que o compõem.

É este fio condutor, constituído pelas determinações gerais e essenciais do processo de tornar-se homem do homem, que impedirá que nos percamos nesse cipoal complexo que é o evoluir da história humana. Vale acrescentar que essas determinações nada têm de metafísico, uma vez que são abstraídas do próprio processo real e, por isso mesmo, são o resultado condensado da atividade humana.

A partir desse fio condutor, podemos examinar, ainda que em traços gerais, quais seriam, para Marx, os elementos essenciais que caracterizariam o comunismo e o caminho para ele. Se esta for uma boa teoria – e, para Marx, boa teoria é aquela que captura o objeto na sua integralidade (não confundir integralidade com tudo) – então, mais adiante, poderemos verificar quais as modificações sofridas por essa teoria em sua determinação recíproca com a realidade objetiva.

Qual é, então, o fio condutor do pensamento de Marx?

Sabemos que bem cedo (já em 1837, em carta a seu pai) Marx se desiluiu com o caráter especulativo da filosofia. Sua intenção foi se afirmando, cada vez mais, no sentido de “buscar a idéia na coisa” e não “a idéia na própria idéia”. Sua trajetória teórica vai, então, no sentido de buscar na economia política a “anatomia da sociedade civil” e no trabalho, entendido como transformação da natureza, o ato ontológico-primário do ser social.

É sabido que a elaboração marxiana está vinculada, desde o seu nascedouro, com a classe trabalhadora. Opondo-se, precisamente, ao caráter especulativo da filosofia até então vigente, Marx afirma a sua decisão de partir “da terra para o céu”, “dos

indivíduos concretos, sua ação e suas condições materiais de vida...” e não de especulações ou situações imaginárias, para o exame do processo histórico-social na sua concretude.

Ora, esse ponto de partida lhe era possibilitado pelo próprio desenvolvimento que a humanidade atingira nesse momento. Esse desenvolvimento significava, por um lado, a criação de gigantescas forças produtivas, capazes de construir as bases materiais para que todos os indivíduos pudessem ver atendidas as suas necessidades e desenvolver plenamente as suas potencialidades. Por outro lado, significava a emergência de uma classe – o proletariado – que, por sua própria natureza – histórica e socialmente constituída – punha a perspectiva de emancipação real para toda a humanidade. É essa classe trabalhadora, pelo seu próprio ser, que indica que o trabalho é a matriz fundante do ser social e que uma revolução que pretenda efetivar as possibilidades por ela tracejadas deve ter no trabalho associado o seu eixo fundamental. Marx nada mais faz do que traduzir teoricamente aquilo que está acontecendo no processo social objetivo.

Não é o caso de expor em detalhes os elementos constitutivos da ontologia marxiana do ser social. Para além do que o próprio Marx escreveu – nada sistematizado, embora suficiente para balizar o seu caminho – a esse respeito, vários autores desenvolveram largamente essa problemática, em especial G. Lukács, N. Tertulian, G. Oldrini, I. Mészáros, C. N. Coutinho, J. Paulo Netto, Celso Frederico e S. Lessa. Nesse texto, limitar-nos-emos a expor os aspectos que nos parecem mais relevantes para esse trabalho.

Para Marx, o trabalho é o ato fundante do ser social. Isto porque é ele o único que faz a mediação entre o ser natural e o ser social. Outros atos, como linguagem e socialidade, embora indissociáveis do trabalho desde o seu mais primitivo instante, são, eles mesmos, uma mediação para a realização do trabalho e, depois dele, de outras atividades humanas. Além do mais, o trabalho também é o fundamento do ser social porque é por meio dele que são produzidos os bens materiais necessários à existência humana e porque, em consequência disto, ele – o trabalho – sempre será a base a partir da qual se estruturará qualquer forma de sociabilidade. Não importa qual seja a sua forma concreta; o trabalho, como produtor de valores de uso, será uma necessidade inescapável para a humanidade enquanto esta existir. E nesse sentido o trabalho não é, como acentua a tradição ocidental e cristã, uma “maldição”. Pelo contrário, é sinônimo de autêntica e positiva autoexpressão do próprio homem. Que, em suas formas históricas concretas, tenha estado associado, até hoje, à degradação do ser humano trabalhador é um fato e é compreensível. Que a degradação abarque a sua natureza integral e que ela seja insuperável, é uma falsa constatação que se baseia nos aspectos imediatos do trabalho e, portanto, numa visão empobrecida da realidade e do processo histórico.

Vale a pena enfatizar: para Marx, a forma concreta do trabalho (= as relações que os homens estabelecem entre si no processo de transformação da natureza) será sempre a raiz, o fundamento a partir do qual se erguerá a totalidade do edifício social.

É claro que, nas sociedades onde vige o antagonismo social de classes, o trabalho assumirá, necessariamente, uma forma contraditória. A exploração e a opressão fazem com que o trabalho que cria riqueza, a arte, a beleza (que nada mais são do que a manifestação da potência humana) seja o mesmo que produz a pobreza, a miséria, a degradação e a desumanização. Contudo, essa natureza contraditória não lhe é conatural. É uma determinação histórica que surgiu com a sociedade de classes e desaparecerá quando esta for eliminada.

O trabalho, portanto, tem a potencialidade de permitir ao homem expressar as suas forças essenciais; de construir-se como um ser autenticamente humano. Que isto seja efetivado de forma mais ou menos plena, depende do momento histórico-social em que a humanidade se encontra e da forma concreta que o trabalho assuma.

No entanto, afirmar o trabalho como fundamento ontológico do ser social não significa, de modo algum, para Marx, dizer que o trabalho esgota a natureza deste ser. Marx é enfático: Trabalho é o intercâmbio do homem com a natureza. Diz ele (O Capital, p. 202): “Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza”.

Contudo, os homens realizam inúmeras outras atividades, tais como linguagem, arte, ciência, política, direito, educação, etc, que não visam diretamente a alteração da natureza. Ao trabalho incumbe a tarefa de produzir os bens necessários à existência da humanidade através da transformação da realidade natural. Mas, sua própria natureza faz com que ele seja o fundamento de uma complexificação cada vez maior do ser social. Ao alterar o mundo natural e modificar-se a si mesmo, o homem se faz como um ser capaz de criar constantemente o novo e não simplesmente reproduzir o mesmo. Deste modo, o ser social se torna cada vez mais complexo, o que dá origem a novos problemas. A complexificação, então, faz surgir desafios que não mais podem ser resolvidos diretamente no âmbito do trabalho. O enfrentamento desses novos problemas exigirá o surgimento de novas dimensões da atividade social, com uma natureza e uma legalidade específicas. Sua origem última está no trabalho, mas sua função social já não se refere diretamente à transformação da natureza. Temos, assim, a linguagem, a arte, a religião, a educação, a ciência, a política, o direito, etc. Cada uma delas tem uma função própria na reprodução do ser social.

Por isso mesmo, entre o trabalho e essas outras dimensões existe uma relação de dependência ontológica (delas em relação ao trabalho) e de autonomia relativa. O não entendimento do pensamento de Marx no sentido ontológico é que levou a interpretar estas relações no sentido mecanicista e economicista. Ora, a dependência ontológica significa apenas – e precisamente – que o trabalho é a raiz a partir da qual, em momentos e com funções sociais diferentes surgem as outras dimensões. Mas, não significa que estas outras dimensões sejam uma emanção direta do trabalho, nem que sejam inferiores ou superiores a ele. Até porque sua configuração resulta não apenas de sua relação com o trabalho, mas também com todas as outras dimensões.

Disto tudo se seguem algumas decorrências de fundamental importância. Em primeiro lugar, o fato de que o trabalho é a única dimensão que tem a função de ser o fundamento ontológico do ser social. Nenhuma outra dimensão pode ocupar esse lugar. Vale a pena enfatizar enormemente essa questão porque ela é a viga mestra do pensamento de Marx. E é ela que garante o seu caráter radicalmente crítico e revolucionário¹. Não por nada, todas as tentativas de infirmar esse pensamento procuram invalidar esse pressuposto e invariavelmente adquirem um caráter, de algum modo, reformista. E, o que é mais importante: mesmo os revolucionários, aqueles que encabeçaram, teórica e praticamente, as tentativas de realizar a revolução socialista, ao não perceberem, ou, pelo menos, ao não explicitarem com toda clareza essa questão do caráter ontologicamente fundante do trabalho, acabaram por dar margem a uma concepção de alguma forma politicista e/ou economicista da revolução. É, com enormes diferenças entre eles, o caso de Rosa, Lênin, Trotski, Gramsci, Mao, Fidel e muitos outros.

Em segundo lugar, o fato de que a natureza das outras dimensões sociais só pode ser compreendida na medida em que se identifica, a partir da sua gênese, a função que elas exercem na reprodução do ser social. Vale dizer, não é a subjetividade que define o papel que cabe a cada uma delas. É o processo objetivo que o estabelece. A compreensão e a observação desse princípio permitiriam apreender tanto as possibilidades como os limites de cada dimensão. E assim se evitariam tanto a subestimação quanto a superestimação do papel que elas podem exercer na reprodução do ser social. Essa problemática será por demais importante quando nos referirmos, mais adiante, às relações entre trabalho e política.

¹ A esse respeito, ver o cap.I do livro de Ivo Tonet, intitulado Educação, cidadania e emancipação humana, publicado pela ed. Unijuí e o artigo Marxismo para o século XXI, do mesmo autor, no n. 5 da revista Margem Esquerda.

Para evitar mal-entendidos, é bom que se diga que não se deve confundir função social com importância. A primeira permanece constante mesmo nas suas variações ao longo da história. A segunda, ao contrário, depende muito mais do momento e do lugar históricos.

Em terceiro lugar, o fato de que o ser social se põe como uma totalidade articulada, em processo. Ou seja, como um todo, que tem determinada matriz e que, a partir dela, se desdobra em muitas outras dimensões. Como diz Lukács, um “complexo de complexos”. Nele, todas as partes interagem e se constituem em determinação recíproca. Portanto, essa totalidade social em movimento nem é, nunca, um caos, mesmo que em sua aparência possa a ele assemelhar-se, nem é um desdobramento simples e linear. Ao contrário do que afirma o pensamento chamado “pós-moderno”, o ser social não é um caleidoscópio; não é um amontoado de partes que se justapõem ou se relacionam arbitrária e fortuitamente. Ele possui uma lógica, muitas vezes obscura e difícil de ser apreendida, mas nem por isso menos presente. Os elementos explicativos últimos dessa lógica são os atos singulares humanos, que se condensam em determinadas tendências históricas e que vão dando origem às diversas formas de sociabilidade e suas determinações internas. Por sua vez, o ponto de partida dessa lógica é o ato fundante do ser social, o trabalho. É a partir dele que se desenrola, de modo extremamente complexo, contraditório e cheio de mediações, todo o evoluir do processo histórico.

Em quarto lugar, o fato de que qualquer transformação no interior do ser social só pode ser radical na medida em que atinge profundamente a sua raiz, ou seja, o trabalho. Outras mudanças serão, sem dúvida, também importantes. Mas, as que atingem o trabalho são sempre as decisivas. Foi assim na chamada revolução neolítica, quando os homens aprenderam a domesticar os animais e a cultivar o solo. Foi assim na instauração dos modos de produção asiático, escravista, feudal e capitalista. Sempre houve transformações que alteraram radicalmente o modo de trabalhar.

Uma das dimensões mais importantes do ser social é, certamente, a dimensão do poder político. É sabido que, diferentemente da maioria dos pensadores, que via nesse poder um elemento positivo, Marx sempre o considerou como uma expressão da alienação, um instrumento de manutenção e reprodução da exploração do homem pelo homem. “A existência do Estado e a existência da escravidão (antiga ou moderna, I. T.) são inseparáveis”, diz ele nas *Glosas críticas* (Práxis, n. 5, p. 81). E, no *Manifesto Comunista*: “Em sentido próprio, o poder político é poder organizado de uma classe para opressão de outra” (p. 31).

Que este poder seja exercido de forma despótica, arbitrária ou democrática faz, certamente, enorme diferença para a vida prática, mas não muda em nada a sua essência. E que este poder seja exercido pela classe burguesa ou pela classe trabalhadora, também é, certamente, importantíssimo para a análise concreta, pois disso pode depender o caráter da revolução, mas não altera a essência da questão, ou seja, o fato de que ele é uma categoria cuja existência está, inextricavelmente, articulada com a sociedade de classes. Quer dizer, mesmo no período de transição entre o capitalismo e o comunismo, chamado de socialismo, quando a hegemonia estiver nas mãos da ampla maioria constituída pelas classes subalternas, o poder não deixará de ser expressão do fato de que ainda existe exploração do homem pelo homem.

Ora, a origem do poder político está, para Marx, exatamente no trabalho, nas relações de produção. É quando o poder já não é exercido com base nas qualidades das pessoas, mas na propriedade privada, ou seja, na propriedade originada da exploração do trabalho alheio, que ele se configura como poder político. Vale dizer, como uma força que em sua origem é universal, mas que é colocada a serviço apenas de uma parte – minoritária – da sociedade. É porque a sociedade se encontra dividida em classes antagonicas que se faz necessária a existência do poder político. Deste modo, uma sociedade onde inexistam classes sociais não necessitará de poder político, mas apenas da potência que possibilite a sua autoadministração. A isso, Marx chama de “administração das coisas” em contraposição à “administração dos homens”, típica das sociedades de classes.

Assim, o Estado é, ao mesmo tempo, expressão e condição de reprodução das desigualdades sociais. Por isso, diz Marx (*Glosas críticas*, p. 79): “O Estado jamais encontrará no “Estado e na organização da sociedade” o fundamento dos males sociais...”. E, acentua: “Quanto mais poderoso é o Estado e, portanto, quanto mais político é um país, tanto menos está disposto a procurar no princípio do Estado, portanto no atual ordenamento da sociedade, do qual o Estado é a expressão ativa, autoconsciente e oficial, o fundamento dos males sociais e a compreender-lhes o princípio geral” (*Glosas críticas*, p. 81).

Ora, se isto é verdade para as sociedades de classes em geral, muito mais o é para o capitalismo. Pois ali o Estado é uma condição absolutamente indispensável à reprodução do capital. E é ainda nas *Glosas críticas* que Marx afirma a impotência do poder político diante do capital. Diz ele (p. 80): “O Estado não pode eliminar a contradição entre a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição”. E, mais diante, enfatiza (p. 81): “Se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência da sua administração, teria que acabar com a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como antítese dela”.

Engana-se, pois, segundo Marx, quem pensa – e nisso vão praticamente toda a filosofia política e a ciência política – que a origem do poder político se encontra na vontade humana ou na natureza humana. Sua verdadeira origem, sua raiz última, está nas relações de produção, no antagonismo que brota dessas relações. Por isso mesmo, ainda que o Estado possa interferir nessas relações, por sua própria natureza jamais poderá alterá-las radicalmente.

Além do mais, quando nos referimos à sociedade capitalista, vemos que a própria natureza do capital o faz incontável². Sua lógica interna o impulsiona a buscar, inexoravelmente, os caminhos da sua reprodução. Todas as outras condições que contribuem, de modo direto ou indireto, para a sua reprodução – como o Estado, a ideologia, a religião, a ciência, etc. – não fazem parte da sua essência mais profunda. Por isso mesmo, embora possam ter, e certamente tenham, influência sobre as suas formas concretas, jamais poderão alterar radicalmente a sua lógica mais íntima. Essa alteração radical só pode ser realizada por uma outra lógica, que se lhe oponha no mesmo nível, ou seja, no nível das relações de produção.

Vale, aqui, uma observação importantíssima para o nosso trabalho. Há consenso entre os marxistas a respeito de que o poder político é um instrumento de defesa dos interesses das classes dominantes. Contudo, também é muito comum que eles pensem que, na medida em que o poder político passe para as mãos dos trabalhadores, este possa tornar-se um instrumento positivo a serviço da construção de uma outra ordem social. O Estado passaria, então, a ser visto como uma arena na qual cada um dos contendores poderia se tornar hegemônico e vencedor, ou como um instrumento que poderia ser posto a serviço desta ou daquela classe. Aqui reside todo o engano. O poder político não deixa de ser um poder do homem sobre o homem porque é exercido pelos trabalhadores. Ele não deixa, jamais, de ser uma expressão da alienação, da barbárie humana. Ele nada mais é, quando exercido pelo trabalho, do que o embate do poder político deste contra o poder político do capital. Sua natureza, portanto, é sempre de uma força de dominação do homem sobre o homem e, em consequência, uma expressão da desumanização. Que o trabalho tenha que lançar mão deste poder para libertar-se e libertar toda a humanidade, é a demonstração mais cabal do estado de alienação, de antagonismo em que se encontra a humanidade. Mas, é apenas a força política – do trabalho e do capital – que se chocam. A verdadeira força de ambos não se encontra ali. Ela se encontra no processo de produção, lá onde se produz a riqueza.

² A incontabilidade refere-se, apenas e precisamente, ao fato de que, mantida a natureza do capital, não é possível obrigá-lo a por como objetivo primeiro a produção voltada para o valor de uso e não o valor de troca. Sobre a questão da incontabilidade do capital ver, de I. Mészáros, *Para além do Capital*, Parte I, Ed. Boitempo, 2002.

Por isso mesmo, pode dar-se o fato de que o poder político do trabalho derrote o poder político do capital, sem que disto se siga necessariamente a vitória integral do primeiro sobre o segundo. Essa afirmação é da maior importância porque põe a nu o engano de grande parte da esquerda na interpretação das tentativas de revolução socialistas. E deixa claro o significado da mudança da centralidade do trabalho para a centralidade da política.

Três exemplos claros desse engano da esquerda podem ser vistos nas interpretações das revoluções soviética, chinesa e cubana. Na primeira, os revolucionários, diante do atraso da Rússia e do fracasso da revolução no Ocidente, se deram como tarefa construir as bases materiais do socialismo. E isso, por intermédio do Estado. Ora, essas bases materiais não podem ser construídas de maneira socialista, ou seja, igualitária. Sua construção, exatamente por estarem pouco desenvolvidas (incapazes de produzir em abundância) só pode ser obra do capitalismo, ou seja, de um sistema social fundado na exploração. Uma forma igualitária de trabalho, em situação de carência, não faria avançar rapidamente as forças produtivas. Foi exatamente esse o motivo que tornou extremamente lento o desenvolvimento das comunidades primitivas que não trilharam o caminho da propriedade privada e das classes sociais. Em uma situação de atraso, aquele desenvolvimento só pode ser feito por via da exploração dos trabalhadores, o que implica, necessariamente, a apropriação não social da riqueza. Ora, isso não pode ser levado a cabo sem o recurso à violência e à coerção. O que só pode agravar a desigualdade social.

Além do mais, nesse processo, o capital permanece vivo. Sua lógica foi estrangulada por via da extração política da mais-valia, mas não quebrada. A vigência do capital, em sua plenitude, implica a concorrência e, portanto, a plena existência do mercado. A ausência destes, contudo, não o elimina, apenas dificulta o seu pleno florescimento. E gerará, necessariamente, como de fato gerou, entraves que o levarão a quebrar os limites que lhe são impostos.

Além disso, é um absurdo pensar que se poderá construir uma sociedade de indivíduos livres sem que esses mesmos indivíduos possam ser os efetivos sujeitos desse processo, especialmente naquele aspecto mais fundamental que é o trabalho. Por isso, o controle consciente e coletivo sobre o processo de produção, de modo que a destinação primeira desta seja o atendimento das necessidades humanas e não a reprodução do capital, é uma condição absolutamente imprescindível. Porém, este controle consciente, livre e coletivo só pode existir onde houver capacidade de produzir riqueza em abundância. A carência, como diz Marx em *A Ideologia alemã* (p. 50) levará, necessariamente à *luta pelo necessário* e ao restabelecimento da “imundície anterior”.

Tudo isso foi exatamente o que ocorreu no processo da revolução soviética. Os resultados são conhecidos.

A revolução chinesa seguiu um caminho ao mesmo tempo semelhante e diferente. Semelhante no sentido de, visto o atraso da China, ter que lançar mão da exploração e da coerção para desenvolver mais rapidamente as forças produtivas, ao mesmo tempo que impunha certos limites políticos à lógica do capital. Diferente porque, diante dos problemas acarretados por essa via, procurou (e é o que está em curso) impedir uma explosão do sistema, estabelecendo um processo gradativo de volta ao capitalismo, embora chame a isso de construção do socialismo. Assim, a lógica do capital, que nunca deixou de vigir, mas apenas se viu limitada, está se repondo de modo “lento, gradual e seguro”.

Também a revolução cubana trilhou um caminho semelhante e diferente. As semelhanças foram as mesmas. A diferença está em que a resistência à plena explicitação da lógica do capital está sendo encarniçada. Como essa lógica não foi – e nem poderia ser nessas condições – erradicada, infelizmente, mais cedo ou mais tarde, ela vai se repor, dada a improvável hipótese de eclosão de uma revolução em nível mundial a curto prazo..

Todos esses exemplos confirmam, à saciedade, a impossibilidade de alterar radicalmente a lógica do capital através do poder político.

Seria diferente se a revolução tivesse começado em países altamente desenvolvidos. Não entramos, aqui, no mérito de se é verdadeira a afirmação de que, naquele momento, nesses países, as forças produtivas estavam suficientemente desenvolvidas para permitir a produção da abundância. Marx e Engels assim pensavam, mas, eles mesmos reviram, mais tarde, essas posições. O que é importante, para o nosso caso, é que se supunha que esse desenvolvimento existisse de fato. De qualquer modo, ele é uma condição indispensável para uma revolução que leve ao comunismo.

Para Marx, era inteiramente claro que o objetivo da luta dos trabalhadores não era a tomada do poder, mas a emancipação da classe trabalhadora e, por conseqüência, a emancipação de toda a humanidade. Sua convicção estava baseada na constatação de que, sendo o trabalho o fundamento do ser social, o capital (fruto do trabalho assalariado) é o fundamento da forma capitalista de sociabilidade, sendo o poder político uma condição essencial de sua reprodução. Pela mesma razão, - ser o trabalho o fundamento do ser social – ele, sob a forma de trabalho associado, deveria ser a matriz de uma forma emancipada de sociabilidade. Por isso mesmo, Marx enfatizava, desde as *Glosas críticas*, a diferença essencial entre a revolução da classe trabalhadora e as outras revoluções. Todas as outras, segundo ele, sempre foram *revoluções sociais com alma política*, ou seja, revoluções que não eliminavam a exploração e a dominação do homem pelo homem. Apenas as modificavam. A revolução do trabalho é a primeira a ser, necessariamente, uma *revolução política com alma social*. Nisso está a radical diferença. A revolução do trabalho deve ser, sob pena de não atingir os seus objetivos, uma revolução que modifique radicalmente as relações de produção, instaurando uma forma de trabalho verdadeiramente livre. Uma forma de trabalho que, por ser a mais livre possível, possa se constituir em fundamento daquelas atividades que expressam o grau mais alto da liberdade humana. O momento político é absolutamente necessário, mas ele é apenas um momento preparatório. É necessário para quebrar o poder político da burguesia. Sem essa quebra, não seria possível avançar. Porém, dado esse primeiro passo, é a alma social da revolução que deve aparecer.

Criticando a concepção de A. Ruge, diz ele nas *Glosas críticas* (p. 90):

Contudo, se é parafrásico ou absurdo uma *revolução social* com alma política, é racional, ao contrário, uma revolução política com alma social. A revolução em geral – a derrocada do poder existente e a dissolução das velhas relações – é um ato político. Por isso, o socialismo não pode efetivar-se sem revolução. Ele tem necessidade desse ato político na medida em que tem necessidade da destruição e da dissolução. No entanto, logo que tenha início a sua atividade organizativa, logo que apareça o seu próprio objetivo, a sua alma, então o socialismo se desembaraça do seu revestimento político.

Assim, para Marx, a política realiza as tarefas negativas, o trabalho as tarefas positivas. Vale, contudo, a pena, enfatizar: ainda que haja, sob certos aspectos, uma seqüência cronológica entre a quebra do poder político da burguesia e a emergência do poder social do trabalho, estes dois momentos deverão estar imbricados não só após a revolução política, mas mesmo durante todo o processo anterior. Voltaremos a essa questão mais adiante.

No *Manifesto Comunista* há uma afirmação que vale a pena comentar porque parece contradizer essa idéia da prioridade do trabalho sobre a política. É dito lá (p.29-30): *O proletariado utilizará o seu domínio político para ir arrancando todo o capital das mãos da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como*

classe dominante, e para aumentar o mais rápido possível a massa das forças produtivas. Isto parece sugerir precisamente o caminho seguido por todas as tentativas de revolução socialistas. Pois, não foi isso que os revolucionários fizeram? A resposta é: sim, mas somente se tomarmos essa afirmação em sentido isolado, deixando de lado o seu contexto histórico e teórico. O contexto histórico era o do capitalismo mais desenvolvido. No entanto, é importante precisar que se tratava da realidade da metade do século XIX. Nesse momento, apesar de o capitalismo estar já bastante desenvolvido, ainda teria muito espaço para ampliar as forças produtivas. Era ali que estariam sendo criadas, segundo Marx e Engels, as condições necessárias para a rápida produção de uma riqueza abundante após a quebra do poder político da burguesia. Portanto, a referência não era a países parcamente desenvolvidos. Nesses, ainda seria necessário criar as forças produtivas adequadas ao comunismo. Naqueles, tratar-se-ia, apenas, de liberá-las dos entraves das relações capitalistas e transformá-las em relações comunistas.

O contexto teórico, por sua vez, indicava, desde os primeiros textos de Marx, que essa produção rápida e abundante só seria possível com a entrada em cena do trabalho associado, ou seja, com a liberação da produção dos entraves do capital. Mais ainda: nesse intervalo – em termos históricos, relativamente breve – que mediará entre o capitalismo e o comunismo, a classe trabalhadora teria que se organizar para enfrentar a resistência da burguesia. Mas, nesse caso, os autores do Manifesto têm o cuidado de precisar que o Estado é o “proletariado organizado” e não uma organização acima e fora das classes. Referindo-se à Comuna como “...a forma política finalmente encontrada que permitia realizar a emancipação econômica do trabalho”, diz Marx (1971: 99):

Sem esta última condição, a Constituição comunal teria sido uma impossibilidade e um engodo. O domínio político do produtor não pode coexistir com a eternização da sua escravidão social. A Comuna devia, pois, servir de alavanca para extirpar as bases econômicas sobre as quais se funda a existência das classes, logo, o domínio de classe. Uma vez emancipado o trabalho, todo homem se torna um trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser o atributo de uma classe.

A similaridade entre o que Marx preconizou e o que os revolucionários fizeram é apenas aparente. É o próprio Marx, em “A Ideologia Alemã”, que, premonitivamente, realça a diferença. Ai ele deixa claro que a existência de forças produtivas altamente desenvolvidas é condição absolutamente indispensável para a construção do comunismo. E, em “O Capital” e nos “Grundrisse”, enfatiza que esse desenvolvimento das forças produtivas é obra do próprio capitalismo. Mas, por que ele não poderia ser realizado por um “Estado socialista”? Exatamente porque estas forças só podem vir a existir sobre a base de relações sociais de exploração, algo inteiramente contraditório com o socialismo. Segundo Marx, “...este desenvolvimento das forças produtivas (...) é um pressuposto prático, absolutamente necessário, porque, sem ele, apenas generalizar-se-ia a escassez e, portanto, com a carência, recomençaria novamente a luta pelo necessário e toda a imundície anterior seria restabelecida” (1986: 50).

Para Marx, a essência da revolução (como emancipação humana) está numa transformação das relações de produção que instaure o controle livre, consciente e coletivo dos produtores sobre o processo de produção. Somente na medida em que essas transformações se realizassem, os homens seriam verdadeiramente humanos, verdadeiramente livres e verdadeiramente sujeitos da sua história. A partir daí, com uma produção abundante e voltada para o atendimento das autênticas necessidades humanas e não para a reprodução do capital, os homens poderiam trabalhar menos (e de uma forma mais digna) dispendo, então, de muito tempo efetivamente livre para dedicar-se a atividades mais propriamente humanas.

Mas, para chegar a isso, diz ele, é preciso quebrar o poder das classes dominantes. Por isso, afirma ele, uma revolução socialista deve, necessariamente, ser uma “revolução **política** com alma **social**. E, por “alma social” entende uma forma de trabalho que seja o fundamento de uma sociabilidade efetivamente livre.

Há, portanto, em Marx, uma íntima e essencial vinculação entre economia e política. E, no caso da sociedade burguesa, entre Estado e Capital. O que não quer dizer, de modo algum, que o Estado seja visto como um simples reflexo da economia. Como já vimos, a concepção de Marx, é de uma dependência ontológica (da política para com a economia) e uma autonomia relativa da primeira em relação à segunda. Por isso mesmo, o Estado não é algo que possa ser apropriado por qualquer classe e colocado ao seu serviço. O Estado é uma condição fundamental na reprodução da ordem burguesa. Não faz, pois, sentido, no interior do pensamento de Marx, a idéia de um “Estado proletário”, de um “Estado socialista”, a não ser naquele sentido afirmado por Engels e enfatizado por Lênin, de “classe trabalhadora organizada”, de “Estado em extinção”, de “comuna”

Esta idéia de que não pode existir um Estado propriamente dito socialista pode parecer difícil de aceitar. Acreditamos que isso se deve ao fato de que esta problemática foi pensada sempre a partir das revoluções de tipo soviético. E nessas, faltava exatamente a condição fundamental para que aquela idéia fizesse sentido, ou seja, uma base objetiva que permitisse caminhar efetivamente no sentido da extinção do Estado. A inversão se deu porque se julgava estar trilhando o caminho do socialismo. E o Estado se fazia presente e necessário. Logo, não sendo um “Estado capitalista”, só poderia ser um “Estado socialista”.

Contudo, se é absurdo falar em “Estado socialista”, também não faz sentido desconhecer o caráter decisivo que o Estado tem na reprodução do capital. De modo que pensar a revolução sem levar em conta essa questão-chave é tão absurdo como colocar a tomada do poder como objetivo dela.

É certo que Marx e Engels fizeram referência à necessidade de a classe trabalhadora organizar-se, tanto para resistir aos ataques da burguesia, como para administrar a produção e todo o restante das atividades sociais. Mas, é preciso entender essas referências no contexto de uma revolução proletária que tivesse condições materiais de efetivar-se. Infelizmente, aquelas revoluções foram interpretadas, tanto para estabelecer o seu sentido quanto para indicar o seu fracasso, à luz de uma tentativa à qual faltavam as bases materiais para ser uma autêntica revolução proletária. De modo que, como se verá no capítulo sobre a revolução soviética, a centralidade do trabalho foi deslocada para a centralidade da política.

O primeiro exemplo dessa interpretação é o próprio Lênin. Suas idéias acerca do Estado, antes da revolução soviética, coincidem com as posições de Marx e Engels. Após a revolução, porém, as circunstâncias concretas o levaram a alterar profundamente as suas idéias, atribuindo ao Estado uma natureza e funções positivas na construção do socialismo, inteiramente incompatíveis com as concepções anteriores.

Ora, o próprio Engels, em carta a Bebel, esclarece o sentido da problemática do Estado. Diz ele (Apud: Lênin, O Estado e a Revolução, p. 108):

Embora o proletariado precise do Estado, dele não necessitará no interesse da liberdade, mas para submeter seus adversários, e logo que se possa falar em liberdade, o Estado enquanto tal deixará de existir. Por isso, nós poderíamos empregar sempre, em vez da palavra Estado, a palavra

“comunidade” (Gemeinwesen), uma boa e antiga palavra alemã que equivale à palavra francesa *Commune*.

E Lenin, comentando essas afirmações de Engels, diz em *O Estado e a Revolução*, p. 109:

A Comuna já não era um Estado no sentido verdadeiro da palavra”: essa é a afirmação mais importante de Engels, do ponto de vista teórico. (...) A Comuna *ia deixando* de ser um Estado, uma vez que seu papel não consistia em reprimir a maioria da população, mas a minoria (os exploradores); havia rompido a máquina do Estado burguês; em vez de uma força especial para a repressão, entrou em cena a própria população. Tudo isso significa afastar-se do Estado em seu sentido estrito. E se a Comuna tivesse se consolidado, nela se “extinguiriam”, por si mesmos, os vestígios do Estado, não seria necessário “suprimir” suas instituições. Estas teriam deixado de funcionar na medida em que não tivessem nada a fazer.

Vale a pena ressaltar: no seu sentido mais profundo, Estado é energia coletiva, que foi separada da comunidade e posta a serviço de uma parte minoritária dela com o fim de manter a exploração da grande maioria. Ora, a essência do processo de transição consiste, precisamente, na reabsorção, pela maioria da população, dessas energias sociais privatizadas. E essa reabsorção se dá exatamente na medida em que, ao controlar, livre, consciente e coletivamente, o processo de produção, os trabalhadores vão eliminando as bases materiais do Estado. Isso implica, no processo de transição, uma íntima associação entre o momento político e o momento social da revolução, isto é, entre a quebra do poder político da burguesia e a emergência da “alma social” do socialismo, ou seja, o controle e alteração radical do processo de produção. Mas, é preciso acentuar: esse controle e essa modificação do processo produtivo são a questão central. É esse controle que deve ser o eixo de toda a transformação social, pois só ele pode ser a matriz de uma nova forma de sociabilidade. E se esse controle existir, ficará claro que a dimensão política terá um papel secundário, ainda que importante.

É aqui que está a diferença fundamental entre centralidade do trabalho e centralidade da política. Trata-se da subordinação da política ao trabalho e não o contrário, como aconteceu em todas as tentativas de revolução levadas a cabo até hoje.

Não se pode, também, confundir, de modo nenhum, a idéia de que a classe trabalhadora deve organizar-se, deve utilizar o poder político para enfrentar a classe burguesa com a idéia de que ela deve constituir um “Estado” da classe trabalhadora. Esta idéia de um “Estado socialista” surgiu exatamente das circunstâncias concretas em que se deu a revolução soviética. Surgiu não porque os revolucionários tivessem uma visão instrumentalista do Estado, mas precisamente da impossibilidade de que a “alma social” do socialismo aflorasse, dadas as condições concretas objetivas. Porém, a infelicidade é que, uma vez surgida, ela foi tomada como se fosse o caminho preconizado por Marx para a realização da revolução socialista. A partir daí é que se gerou essa absurda idéia de que “revolução” é sinônimo de tomada do poder. E de que as tentativas de revolução socialistas foram revoluções de caráter socialistas, mas que fracassaram por diversos motivos. De fato, todas elas foram tentativas de revolução socialistas. Contudo, dada a inexistência de condições objetivas adequadas, não poderiam ter esse caráter, apesar de todas as intenções dos revolucionários. Por esse caminho, toda a proposta marxiana foi por água abaixo.

Como se pode ver, para Marx, o cerne da revolução está na apropriação, por parte dos trabalhadores, da direção do processo de produção. Essa apropriação resultará na alteração radical de todo o processo de trabalho, tanto nos objetivos (valor de uso) quanto na forma (o mais adequada possível ao ser humano). Como consequência, e em determinação recíproca, todo o edifício social sofrerá profundas modificações, instaurando-se uma nova forma de sociabilidade.

Mas, para que essa nova forma de trabalho entre em cena, é preciso remover aquelas condições que permitem ao capital manter o trabalho na forma que lhe interessa. Essas condições se concentram – embora não se resumam – no poder político.

Isto nos deixa claro o que significava a centralidade do trabalho após a revolução política. Precisamos examinar melhor o seu significado na fase anterior a esse momento. Exatamente porque a emergência do trabalho associado, como fundamento de uma nova forma de sociabilidade, só pode se dar após a quebra do poder político da burguesia. Mas, a revolução, em sentido amplo, é um processo extremamente longo e complexo e que começa muito antes desse momento de ruptura.

Voltemos a Marx. Não parece haver dúvida que, para ele, a classe trabalhadora era o sujeito fundamental da revolução. Para quem conhece minimamente os textos marxianos, não há sequer necessidade de qualquer citação. Essa convicção estriba-se no fato de que ela é a única que, pela sua própria natureza (resultante de sua situação no processo de produção) se opõe de modo radicalmente antagônico ao capital. Nessa luta, outras classes ou segmentos de classe ou indivíduos poderiam ser arrastados a apoiá-la. Mas, sendo ela, de fato, a única que produz a riqueza e que, pelo processo de expropriação, se vê privada dela, somente ela pode ser a responsável fundamental pela extirpação dessa situação. Para a classe trabalhadora, não se trata de distribuir melhor a riqueza produzida, porque a forma da distribuição já está pressuposta na forma da produção. Trata-se de instaurar uma nova forma de produção que, então sim, implica uma distribuição de acordo com as necessidades humanas e não com a reprodução do capital. O objetivo dessa luta, portanto, não pode ser simplesmente obter melhorias, não importa quais sejam. Tem que ser a superação radical da forma da sociabilidade cuja raiz é o capital.

Ora, se o poder da classe trabalhadora está na sua relação direta com o capital, portanto, no interior da fábrica, é ali que deve estar o eixo de toda a luta que se pretenda revolucionária. Do que se pode concluir, com facilidade, que todas as outras lutas devem estar articuladas com essa luta mais radical da classe trabalhadora.

Disto tudo se pode concluir que a centralidade do trabalho, para Marx, tinha dois significados, articulados entre si. Em primeiro lugar, o sentido ontológico, ou seja, fato de que o trabalho é o fundamento do ser social. E, que, portanto, qualquer forma de sociabilidade terá numa determinada forma de trabalho a sua matriz. Como desdobramento disso, no caso da sociedade capitalista, que a superação do capital só se poderá efetivar com a entrada em cena do trabalho associado, cabendo à política preparar as condições para isso. Deste modo, as tarefas positivas de construção de uma forma superior de sociabilidade deveriam, necessariamente, repousar sobre essa nova organização do trabalho e não sobre a política. Em segundo lugar, o sentido político. Este significa que é à classe trabalhadora, por sua posição no processo de produção, que cabe ser o eixo e o pólo aglutinador de todas as lutas voltadas para a superação do capital. Vale enfatizar que isto se refere tanto ao período de transição do capitalismo ao comunismo, denominado socialismo, quanto ao momento anterior à revolução à revolução política. Ao longo deste período anterior ao momento mais propriamente dito de ruptura, as lutas no mundo da produção (do trabalho propriamente dito) devem ser o eixo do conjunto das lutas sociais. Sendo que todas elas devem ter bem claro que o objetivo último é a total erradicação do capitalismo. O que significa dizer que nem o parlamento poderia ser o *locus* privilegiado da luta social, nem o Estado poderia conduzir positivamente a construção de uma sociedade comunista.

Infelizmente, as circunstâncias históricas, tanto no caso da social-democracia alemã, quanto no caso da revolução soviética e similares, levaram a uma mudança profunda nessa concepção, atribuindo à política o estatuto de pólo norteador do processo de construção de uma sociedade comunista. Com os resultados conhecidos, que marcam profundamente a trajetória da luta social até o momento atual. É esse deslocamento da centralidade do trabalho para a centralidade da política que será examinado nos próximos capítulos.

3. O Caminho Social-Democrata para o Socialismo

Como vimos no capítulo anterior, a teoria marxiana tinha um caráter radicalmente crítico e revolucionário, no sentido de identificar a raiz última do ser social e de implicar a superação integral da sociabilidade regida pelo capital. Conseqüentemente, ainda que a política pudesse desempenhar um papel de indispensável relevância, cabia ao trabalho ser o eixo dessa transformação revolucionária.

Contudo, essa impostação marxiana sofreu, a partir de meados da segunda metade do século XIX, uma profunda modificação – teórica e prática – realizando-se uma mudança de eixo da centralidade do trabalho para a centralidade da política. De um lado, as lutas centradas e orientadas pela perspectiva revolucionária do trabalho, em seu imanente antagonismo ao capital, vão abandonando a cena histórica e se tornando cada vez menos recorrentes e, conseqüentemente, de outro lado, surgem alternativas históricas de lutas com vínculo na centralidade política, transformando o Parlamento e outros espaços do aparelho de Estado em *loci* privilegiados para conduzir a transição para o socialismo. Nesse diapasão, as lutas extraparlamentares são progressivamente abandonadas e, quando intentam teórica ou praticamente ressurgir das cinzas, são criticadas – no sentido pejorativo do termo – e vilipendiadas por aqueles que se apresentam como defensores das classes trabalhadoras e como arautos dos seus interesses.

A modificação referida – uma verdadeira inflexão – teve início com a emergência da social-democracia alemã e com a forma como ela recepciona o legado teórico de Marx. Nosso propósito, neste capítulo, será, portanto, demarcar, em linhas gerais, como se deu essa referida recepção do legado marxiano e em que medida nessa recepção se manifestou o deslocamento teórico de eixo, da centralidade do trabalho para a centralidade da política. Certamente, o papel desempenhado pela social-democracia alemã constitui-se, como procuraremos demonstrar, momento decisivo no abandono do “socialismo revolucionário” em favor do “socialismo democrático”.

A luta para que o proletariado, mais numeroso que a classe capitalista, fosse se apoderando do poder de Estado passou a ser o propósito principal do reformismo social-democrata. Isto porque a social-democracia advogava que algumas instituições políticas teriam funções positivas no avanço em direção ao socialismo. Portanto, não macular e não atacar algumas instituições do Estado e direcionar as críticas aos componentes da classe burguesa, que ocupavam o aparelho estatal, seria a estratégia decisiva para realizar as transformações sociais que almejavam. Trocando em miúdos, o conflito seria decidido em favor do proletariado na medida em que se realizasse a substituição dos atores sociais que protagonizavam o controle da cena pública.

Portanto, a social-democracia fez emergir, no centro do debate sobre a transição sobre o socialismo, temas como democracia e cidadania, com conotações diversas daquelas contidas na obra de Marx. Tal emersão foi causada, como defendemos ao longo deste livro, entre outros fatores, pelo processo de extravio teórico da perspectiva do trabalho. E, como esse processo tem uma história, ou seja, a trajetória dessas importantes forças sócio-políticas que influenciaram na luta socialista do século passado, nosso estudo, no presente capítulo, voltar-se-á para ela. Nesse percurso, a crítica imanente dos conceitos teórico-políticos dos autores que representam a via social-democrata para o socialismo se faz necessária, pois a “conversão” da esquerda à democracia foi um processo que implicou, sobretudo, em grandes reformulações teóricas, especialmente de conceitos como socialismo, democracia, política, revolução, cidadania, Estado, sociedade civil, entre outros, seguido, conseqüentemente, por intensas mudanças práticas.

3.1. O reformismo social-democrata

O modelo social-democrata aparece, de fato, nas formações sócio-econômicas capitalistas ocidentais entre a última quadra do século XIX e o início da Primeira Guerra Mundial. Como se sabe, o contexto histórico dessa época é marcado por transformações ingentes e cruciais do sistema capitalista, sobretudo no sentido de uma concentração e centralização crescente de capitais³. Das delas merecem ser destacadas aqui. Em um primeiro plano, ocorre o desenvolvimento do “capitalismo da sociedade de ações”, ou capitalismo monopolista, e, em um segundo plano, há a ampliação e reestruturação das atividades estatais, como reflexo do próprio desenvolvimento do capital monopolista, redundando no fortalecimento do Estado burguês e na expansão dos seus ímpetos e desideratos imperialistas.

O controle da força de trabalho no bojo desse processo apresentou também mudanças significativas. O desenvolvimento técnico-científico permite a substituição da extração de mais-valia absoluta por mais-valia relativa, de modo que as concessões capitalistas em matéria salarial e os espaços abertos no campo da representação política dos trabalhadores, ou seja, da ocupação de postos no interior da estrutura burocrático-estatal, não põem em risco o coração do sistema e seu processo de reprodução ampliada. Em suma, em nenhum momento, as concessões feitas sob a forma de direitos sociais colocaram em xeque a acumulação capitalista.

Com esse pano de fundo, a social-democracia adentra no palco político não como um bloco monolítico, mas como uma tendência política heterogênea, que após a Primeira Guerra Mundial e durante a o período de vigência da II Internacional e do Komintern se expressa em duas correntes distintas: uma reformista e outra “revolucionária”. Como afirmou o sociólogo francês Alan Bihl (2000: 20), apenas a via reformista continuará a se valer do emblema da social-democracia, enquanto, na linguagem veiculada pelas forças políticas ligadas à versão revolucionária, “esse mesmo termo [social-democracia] tornar-se-á progressivamente uma

³ “Com a chegada da força a vapor, foram abolidos os limites anteriores à complexidade e tamanho da maquinaria e à magnitude das operações que esta podia executar. Em certa medida, a revolução da técnica adquiriu até um ímpeto cumulativo próprio, porquanto cada avanço da máquina tendia a trazer, em conseqüência, uma especialização maior das unidades da equipe humana que a operava. E a divisão do trabalho, simplificando os movimentos individuais, facilitava ainda outras invenções, pelas quais esses movimentos simplificados eram imitados por uma máquina. A essa tendência cumulativa, juntaram-se duas outras: a primeira no sentido de uma produtividade crescente da mão-de-obra, e portanto (dada a estabilidade ou, pelo menos, nenhum aumento comparável de salários reais) a um fundo cada vez maior de mais-valia, do qual se derivava nova acumulação de capital; e a segunda no sentido de uma concentração cada vez maior da produção e da propriedade do capital. Como se aceita hoje em dia, essa última tendência, filha da complexidade crescente do equipamento técnico, é que iria preparar o terreno para uma outra transformação crucial na estrutura da indústria capitalista, e gerar o “capitalismo da sociedade por ações”, monopolista (ou semi-monopolista ou quase monopolista) em grande escala, da era atual” (DOBBS, 1983: 192).

injúria com função de anátema, autojustificação e sobretudo a degeneração de qualquer paternidade com a versão declarada do modelo social-democrata”. Nesse sentido, doravante, sempre que nos referirmos à social-democracia, estaremos tratando da ala reformista, sendo Kautsky e Bernstein seus principais pregadores.

A ala reformista da social-democracia surge com o escopo tanto de enfrentar as táticas blanquistas – criticadas pelo seu caráter insurrecional e pelas suas atitudes terroristas – como para minar o “sindicalismo revolucionário” (impropriamente denominado anarco-sindicalismo) – rechaçado pela sua insuficiente interpretação da dinâmica do capitalismo que, de ricochete, influenciava na adoção de uma postura voluntarista, com constantes apelos para a subversão espontânea da ordem e desprezo pela via parlamentar.

A consolidação e institucionalização da alternativa social-democrata como partido político ocorre em meados da década de 1870, tendo a Alemanha como um dos seus palcos privilegiados. A Alemanha, numa forma particular de desenvolvimento do capitalismo – denominada “via-prussiana” por Lênin – assumia um rápido processo de modernização burguesa, alçando-se à posição de potência capitalista e, no campo internacional, colocando-se no páreo pela moderna divisão imperialista do globo.

O momento em que a tese de inclusão da democracia e aperfeiçoamento do poder político assume expressão na teoria social-democrata é, notadamente, esse período, em que o chanceler conservador Otto von Bismarck era figura de proa.

Bismarck promulgou várias leis de manifesto caráter anti-socialista, porém não conseguiu impedir, com sua legislação de exceção, o aumento do contingente do partido social-democrata que seguia, na ilegalidade, recrutando um grande número de membros. Com efeito, nas eleições do final dos anos 1880, mesmo que funcionando ilegalmente, o SPD conseguiu eleger vários deputados, sendo estes apresentados não como membros do partido, mas de maneira independente nas comissões eleitorais.

No Congresso de Gotha, em 1875, com a fusão de dois partidos, o partido de Lassalle e o partido de Bebel e Liebknecht, forma-se o Partido Social-Democrata da Alemanha – SPD. Ainda nesse Congresso, para grande insatisfação de Marx, foi adotada como linha partidária uma política reformista, com base em reivindicações de ordem imediata, como o aumento das franquias democráticas e melhoras nas condições de vida dos trabalhadores, adotando a via parlamentar como meio para se alcançar essas conquistas, denotando assim o traço legalista, que se constituirá em apanágio da social-democracia até os nossos dias.

Marx criticou o Programa de Gotha, sobretudo pelo seu silêncio quanto à anatomia do desenvolvimento da sociedade capitalista, o caráter de classe do Estado e a necessidade da revolução socialista. Apesar das reservas de Marx, a tradição social-democrata toma corpo nos debates daquela que seria base para a II Internacional Comunista.

Nesse curso e com a força que passava a representar a social-democracia, a legislação de exceção anti-socialista é revogada em 1º de outubro de 1890. O SPD é legalizado e a estratégia política parlamentar é consolidada, ampliando o afluxo de novos militantes, sindicalistas e pequenos proprietários (DEL ROIO, 2000: 81).

Nas eleições de fevereiro do ano seguinte, o SPD apresenta seu conhecido programa redigido por Bernstein e Kautsky⁴, no Congresso de Erfurt. O Programa de Erfurt – como ficou conhecida a plataforma política desse congresso – foi alvo de uma acerbada disputa, sendo considerado por diversos socialistas como o fundamento da ulterior política reformista no interior da social-democracia. Porém, mesmo que possuía germinalmente indicativos de uma atitude reformista, o Programa de Erfurt conseguiu ser mais radical na crítica à sociedade burguesa do que o Programa de Gotha e as medidas reformistas eram defendidas como necessárias apenas como ações imediatas, mas não como galvanizadoras da estratégia socialista.

Sobre o Programa de Erfurt, informa Vranicki (1977), que, na sua primeira parte, em uma linha de “ortodoxia” marxista, se fixava a tese de que o desenvolvimento econômico da sociedade capitalista levava à concentração de capital e à formação de monopólios, por um lado, e à desaparecimento do pequeno produtor e sua transformação em trabalhador proletário espoliado, por outro. Com isso as contradições de classe tornavam-se cada vez mais manifestas e se agudizavam nas ocasiões de crises, cuja regularidade era inevitável no sistema capitalista. Essa situação apenas seria solucionada com a classe trabalhadora assumindo o controle do poder político e transformando a propriedade privada capitalista em propriedade social.

Na segunda parte do programa, por sua vez, a partir dos princípios gerais esboçados, diversas medidas práticas e reivindicações imediatas eram prescritas para os partidários da social-democracia. Entre elas: o sufrágio universal com voto secreto; a legislação direta por parte do povo; auto-governo popular na nação, nas províncias e nos municípios; o fim do exército permanente e formação do exército popular; a igualdade de direitos para as mulheres; gratuidade e obrigatoriedade do ensino fundamental; legislação trabalhista; e a implantação de um sistema de impostos progressivos.

Em outras palavras, interpreta Vranicki (1977: 237),

o programa de Erfurt não ignorava a exigência de socializar os meios de produção, quer dizer, de liquidar o modo de produção capitalista, tampouco deixava de considerar esta luta como uma luta política, fixando como meta a conquista do poder político. Porém, mesmo assim, é característico do programa seu desejo, que ia ser expresso com tanta radicalidade posteriormente, de não violar o âmbito legal.

O apego ao âmbito legal, ou seja, ao estatuto jurídico-político da luta pelo socialismo, já se apresenta nesse documento germinal da social-democracia alemã. É seguindo esse caminho que a segunda parte do programa começa a ganhar importância em relação à análise do capitalismo e dos princípios do socialismo expostos na parte inicial. “A segunda parte do programa, que havia sido pensada como plataforma para a ação imediata, terminou de fato substituindo todo o programa, já que continha, se se excetuam algumas teses tomadas da primeira parte, uma base válida para uma atividade reformista” (VRANICKI, 1977: 237).

Desta forma, o programa de Erfurt continha, em germe, a cisão que uma década mais tarde irá ser operada no interior do SPD. De um lado, alguns veteranos do movimento socialista alemão permaneceram fiéis à luta revolucionária, como foram os casos de Wilhelm Liebknecht e August Bebel. De outro, militantes como Bernstein e Kautsky se afastaram da ortodoxia em direção a um projeto acentuadamente reformista.

Isabel Maria Loureiro (1995: 119, fazendo referência a essa disjunção que se efetua no SPD, afirma que:

a contradição entre o objetivo final revolucionário e as reivindicações que faziam avançar, na prática, o movimento operário, atravessa o SPD desde as origens. Embora, no plano teórico, os radicais tenham conseguido manter os

⁴ A redação do Programa de Erfurt coube a Kautsky e Bernstein. Este cuidou da segunda parte, referente à plataforma imediata, àquele redigiu os pressupostos considerados fundamentais da “ortodoxia” marxista. Contudo, essa não foi a única redação o servir de plataforma para o Congresso. Havia outro texto redigido por Bebel, Auer e Liebknecht, tendo prevalecido o texto desses que são, talvez, os mais influentes nomes da social-democracia.

princípios de Erfurt, na realidade, em virtude das melhorias sociais alcançadas na legalidade, o reformismo dominava o partido.

A tese de que as reformas imediatas eram importantes etapas, na medida em que elas se acumulariam no caminho de uma reestruturação profunda da sociedade, ganha *status* de linha geral do partido. Antecipando-se a Bernstein e a Kautsky, um importante líder sindical da Baviera, von Vollmar, advogava abertamente a concentração da luta socialista nas tarefas imediatas, enfatizando a necessidade de se aproveitar em favor dos trabalhadores a fase expansiva do capital. Segundo ele (apud Przeworski: 1995: 46):

Além do objetivo geral ou final, vemos uma meta mais próxima: a realização das necessidades mais imediatas do povo. A meu ver, a promoção das demandas mais imediatas é o principal, não só porque possuem grande valor como propaganda e servem para atrair as massas, mas também porque, em minha opinião, esse progresso gradativo, essa socialização gradual, é o método altamente indicado para uma transição progressiva.

Portanto, as idéias de que a luta deve se deslocar para os interesses imediatos e que democracia é um instrumento que transcende os interesses burgueses para se encontrar com os desejos das classes trabalhadoras recebem forte expressão em todo o período que vai da legalização do SPD até a formação da II Internacional Comunista no pós-Primeira Guerra. A essas idéias se filiaram os mais influentes nomes do movimento trabalhador. Sobre tudo a partir do momento que a expansão imperialista dos países centrais permitia que diversas concessões quanto à democratização do poder político, à melhoria nas condições de trabalho e dos salários, à proteção da situação dos trabalhadores em caso de invalidez, doença e desemprego, fossem retiradas das mãos dos capitalistas.

3.2. Revisionismo e reformismo em Bernstein e Kautsky

Os teóricos mais influentes na social-democracia foram, sem dúvida, Bernstein e Kautsky. Suas obras são importantes por representarem a galvanização da via parlamentar no movimento socialista, assim como por serem signos da vulgarização que a obra de Marx sofreu no período da II Internacional.

O socialista alemão Eduard Bernstein, segundo seus biógrafos, entre 1896 e 1898, acentuou – ou pelo menos pôs a descoberto – sua conversão ao revisionismo. Nesse período, publicou diversos artigos no periódico *Die Neue Zeit*, cujo objetivo principal era proceder à “revisão” da obra de Marx, postulando a insuficiência do legado teórico marxiano para solucionar a crise estratégica na qual se encontrava a social-democracia, bem como para responder ao hiato que, segundo ele, se manifestava no discurso e na prática política adotados pelo SPD (DEL ROIO, 2000: 81).

É evidente, porém, que Bernstein fundou sua “revisão” em um imenso equívoco. A citação seguinte é um excelente exemplo do modo particular como Bernstein interpretou a teoria social marxiana (apud Vranicki: 245):

Ser materialista significa, antes de tudo, referir todos os fenômenos a movimentos necessários da matéria. Estes movimentos da matéria se realizam, segundo a doutrina materialista, do começo até o fim como um processo mecânico, sendo cada processo individual o resultado necessário dos fatos mecânicos precedentes. São estes fatos mecânicos que determinam, em última análise, todos os fenômenos, inclusive aqueles que parecem produzidos pelas idéias.

Com razão defende Vranicki que há nessa afirmação de Bernstein uma profunda confusão entre *determinação* e *necessidade*. Em sua interpretação do marxismo, Bernstein confunde *determinação* com *necessidade absoluta* ou *fatalismo*, aproximando a teoria social de Marx de uma mística escatológica. É essa sua incompreensão que lhe fornece elementos para “rechaçar, junto com a dialética, os elementos essenciais da concepção marxiana da história e suas conseqüências sobre o movimento histórico contemporâneo” (VRANICKI, *op. cit.*, 146).

O alvo fundamental da crítica de Bernstein no que tange aos pressupostos filosóficos do marxismo está no fato de Marx ter se deixado seduzir pelas armadilhas do método dialético hegeliano, submetendo as leis de desenvolvimento econômico e social a um paradigma arbitrário de progressivo aguçamento das contradições que, ao se alcançar o pináculo, apenas seria solucionado com o desfecho de uma irrupção violenta e revolucionária. De sorte que, segundo Bernstein, não teria sido uma compreensão realista da sociedade que haveria impelido Marx e seus discípulos a formularem uma teoria da luta de classes, da agudização das contradições e das crises econômicas e sociais, mas a aplicação acrítica e apriorística do método dialético hegeliano. Nota-se, portanto, que em Bernstein há uma recepção esquemática da dialética, responsável pela visão dualista que ele tem da obra de Marx (apud Vranicki: 247)

A meu modo de ver, no capítulo (se refere ao capítulo final do primeiro volume de *O Capital*, no qual Marx estuda a tendência histórica da acumulação capitalista) se observa o mesmo dualismo que aparece em toda a obra monumental de Marx, dualismo que consiste em que o trabalho tenda a ser uma investigação científica e a provar uma teoria estabelecida muito antes de fixá-la; figura na base uma fórmula na qual se fixa de antemão o resultado em que deveria dominar a exposição. O *Manifesto comunista* revela seu resíduo de utopia no sistema marxista.

Bernstein vê a teoria marxista travejada pela contradição entre os princípios filosóficos e as atividades práticas. Afastar-se da ortodoxia, para ele, era abandonar esse “dualismo” interno entre o discurso e a prática política. Ao se abandonar o “dualismo”, modificar-se-ia a estratégia de luta pelo “objetivo final” para se investir num projeto de progressivas reformas no ordenamento capitalista. Segundo Bernstein (2000: 49),

para uma doutrina social baseada na idéia de desenvolvimento não pode haver um objetivo final, segundo ela [a doutrina social] a sociedade humana

estará continuamente submetida ao processo de desenvolvimento. Pode ter grandes linhas de orientação e objetivos, mas não um *objetivo final*. Inclusive o que transitoriamente poderia ser considerado como um objetivo final não deve ser construído aprioristicamente nas cabeças, mas tem que ser elaborado a partir das lutas práticas do próprio movimento.

Opondo-se à vulgar recepção da dialética por Bernstein, afirma Vranicki (1977: 246-247), em seu estudo sobre a *História do Marxismo*: “A dialética é a compreensão mais profunda do curso real das coisas e constitui um modelo que nenhum método transcendental e apriorístico ou analítico [...] pode substituir ou integrar”. Daí decorre a visão de transição ao socialismo de Marx e Engels (1996: 52), que compreendiam esse processo como o “movimento real que supera o estado de coisas atual”.

Rosa Luxemburg – uma das críticas mais conseqüentes do revisionismo na II Internacional – infirma a vulgata bernsteiniana pelo seu empirismo vazio que obscurece o momento predominante da realidade captado por Marx: o movimento da totalidade. Luxemburg afirmava categoricamente que o ponto de vista da separação entre objetivo final socialista e movimento era fundado neste abandono do ponto de vista da totalidade, isto é, na incompreensão da imposição da obra de Marx. Por não compreender a natureza da concepção de história de Marx, a proposta de Bernstein é ver refundada a teoria socialista sobre bases morais, denotando sua “volta a Kant”, ou seja, sua adesão aos imperativos morais. Mais ainda: essa incompreensão levava o revisionismo a posições contraditórias ao estabelecer lutas sociais e tarefas políticas. Argumenta ela que se há qualquer “dualismo” em Marx, “não é senão o dualismo do futuro socialista e do presente capitalista, do capital e do trabalho; o dualismo da burguesia e do proletariado. É o reflexo científico do *dualismo que existe na sociedade burguesa, o dualismo do antagonismo de classe dentro do sistema capitalista*” (apud VRANICKI, *op. cit.*, p. 247). Referindo-se à posição canônica de Rosa Luxemburg, argumenta Isabel Maria Loureiro (1995: 69):

Se, em contrapartida, o objetivo final socialista permanece, o caráter histórico e, portanto, transitório, do capitalismo torna-se evidente. Nessa perspectiva, as fases parciais da luta – luta por democracia política, reformas de todo os tipos – adquirem sentido revolucionário. Ou seja, não se trata de descartar as reformas, considerando apenas o objetivo final socialista, mas de homogeneizar o caminho e o fim. O fim não existe sem o movimento, assim como o movimento é vazio de sentido sem o fim. Isso significa que o presente não pode ser inteiramente compreendido em si mesmo, isolado do passado e do futuro, mas está aberto e aponta para o futuro.

Essa interpretação de Luxemburg salienta a vulgarização do materialismo dialético na interpretação de Bernstein e sua distância em relação à compreensão do marxismo.

Bernstein, em seu libelo contra a pretensamente dualista obra de Marx, enreda-se ele sim em uma teoria de forte caráter dual. De um lado, afirma que as tarefas para o socialismo estavam em processo, vez que o desenvolvimento econômico realizado por leis de caráter natural ensejou um crescente avanço tecnológico - permitido pela concentração e monopolização do capital - de modo que as bases socialistas já estavam postas (concepção evolucionista); de outro, ao afirmar que as leis de evolução são independentes do sujeito, e que portanto a tarefa de edificar as bases econômicas do socialismo, conforme a proposta de Marx, seria impossível, caberia então aos movimentos sociais (operários e não-operários) fortalecer os sindicatos e as cooperativas de trabalhadores. Assim caberia aos social-democratas uma tarefa ético-política, fortemente neokantiana, ciosa na luta pela distribuição equitativa dos ganhos de produção, sem colocar, todavia, em mira o fim da disciplina despótica imposta no local de trabalho, tampouco o desfecho da tirânica regulação do mercado (incluindo, evidentemente, o mercado de trabalho). No máximo, o que se alcançaria seria uma regulação política, gradualista e guiada por “imperativos categóricos”, de ambas as formas de controle, na medida em que os sindicatos seriam responsáveis pela democracia econômica, enquanto as cooperativas de consumo limitariam a ganância do capital mercantil, preparando a base social para progressivas vitórias eleitorais.

Para Bernstein, portanto, a tarefa do Partido Social-Democrata seria instrumentalizar as instituições criadas pela própria ordem do capital, sobretudo os sindicatos e as cooperativas, e fazer delas os principais atores no processo de democratização da propriedade e socialização dos lucros.

A partir desta posição de Bernstein, se evidencia também uma tendência geral, captada por Carlos Nelson Coutinho (1972: 171), em sua clássica obra *O Estruturalismo e a miséria da razão*:

quando não é iluminado por uma justa consciência teórica, quando capitula espontaneamente à realidade imediata, o movimento de inspiração marxista tende a assimilar ideologias burguesas, ou, mais precisamente, a responder de modo irracionalista ou ‘ativista’ aos períodos de crise e de modo positivista e agnóstico⁵ aos períodos de estabilidade capitalista. Podemos observar, ainda, que essas formas declaradas ou inconscientes de ‘revisionismo’ apresentam-se freqüentemente como uma ‘interpretação’ de Marx. Numa ou outra época, de crise ou estabilidade, destacam-se do pensamento global de Marx elementos isolados, que possam servir a uma ou outra interpretação; subordinados tais elementos à ideologia burguesa em questão, subjetivista ou positivista, tais elementos fetichizados passam a se apresentar como ‘autêntico’ marxismo.

Deve-se sublinhar que se trata de uma tendência geral e como tal essa tese apenas se aplica com justeza se interpretada como uma lei genética *histórico-universal*, jamais como uma determinação férrea *mecânico-singular*. Nesse sentido, a trilha da vulgata seguida por Karl Kautsky – um dos principais divulgadores da obra de Marx no período da II Internacional – se inscreve na mesma moldura.

Apesar de ter sido um militante do marxismo “ortodoxo” e responsável por uma forte polêmica anti-revisionista, Kautsky se inclina, em paralelo com as conquistas eleitorais da social-democracia, para a via reformista, elegendo-a como *caminho para o poder* e como modelo para a construção da ordem socialista. Por ser emblemático o percurso da sua “conversão”, permitimo-nos um rápido desvio.

⁵ A recusa de Bernstein em discutir os problemas ligados ao “objetivo final” é citada por Coutinho como exemplo desse agnosticismo

Em *Comentários ao Programa de Erfurt*, obra de sua primeira fase⁶ redigida em 1892, Kautsky interpreta o dilema entre reforma ou revolução, afirmando que as contradições existentes entre as forças produtivas e as relações sociais existentes não poderão ser solucionadas lançando mão apenas de reformas no sistema:

Com isto não queremos dizer que a revolução social e a abolição da propriedade privada dos meios de produção virão por si mesmas, impostas por um processo natural irresistível, sem a participação do homem, nem que todas as reformas sociais sejam inúteis e que aos que sofrem os efeitos das contradições entre as forças de produção e as relações de propriedade e suas conseqüências não lhes ficam mais que cruzarem os braços à espera que sejam superadas tais contradições .

Já em outra obra, *O Caminho ao poder*, escrito em 1909, pronunciando-se a respeito do problema da revolução socialista, Kautsky afirma que o proletariado europeu estava entrando em uma fase decisiva e que a situação evoluiria rapidamente em favor do dele. Sendo assim, a social-democracia não deveria aproximar suas posições dos partidos burgueses, pois ao participar do poder ela estaria vendendo sua força política a um governo burguês. Para ele, somente a burguesia se beneficiaria com a adesão das massas ao poder político institucional, na medida em que os trabalhadores apenas estariam fixando as condições para a compra e venda da sua força de trabalho. Porém, nessa mesma obra, Kautsky não aceita a idéia de se destruir a máquina estatal. De modo que é nessa sua concessão que muitos intérpretes vêem o fundamento do seu posterior colaboracionismo e de seu rechaço à via bolchevique como alternativa para a construção do socialismo (VRANICKI, *op. cit.*: 266).

A partir de 1914, sua posição se acentua como francamente reformista, adotando uma orientação liberal tanto na prática como no discurso. Em *Die materialistische Geschichtsauffassung*, de 1927, a posição original de Kautsky é totalmente revista e ele passa a entoar a melodia reformista, sobretudo com apelos crescentes para a adoção da alternativa parlamentar que naquele momento exercia forte sedução, depois de sucessivas vitórias eleitorais do SPD e de outros partidos social-democratas ocidentais.

Nessa última obra, fazendo coro com Bernstein e com o influente economista austríaco Rudolf Hilferding, Kautsky defende a necessidade de mudança na orientação da luta socialista, justificando essa necessidade ao sublinhar o fato de que o capitalismo nos anos finais do século XIX e início do século XX apresentava como momento dominante a forte centralização das decisões nos grandes monopólios e no Estado. Isso havia garantido à economia um grande poder de organização, encontrando-se o capitalismo em seu patamar superior de racionalidade técnica. Esse patamar de organização do capitalismo não é responsável apenas pela mudança na estrutura empresarial. É responsável também por uma alteração em outras esferas da atividade econômica e política, as quais passam a exigir interpretações diversas daquelas dos cânones do marxismo.

3.3. Estado, democracia e socialismo, segundo o reformismo social-democrata

Para o revisionismo social-democrata, o Estado tem como função representar o interesse geral, estando acima do conflito de classes. Bernstein argumenta que a autonomia e a democratização progressiva do Estado atingiram um gradiente que o desvincularia dos interesses da classe dominante e das relações de opressão.

Essa nova conformação do Estado dever-se-ia à concentração e à centralização do capital, representadas pela formação de cartéis e trustes, processos intrínsecos à lógica capitalista, que demonstravam a necessidade de se gerarem acordos para se evitarem as crises de superprodução. Os sindicatos surgiram nesse quadro como agentes indispensáveis para se configurar uma produção mais racionalizada, ou seja, para um "controle social da produção", mediante pactos entre os trabalhadores e os grandes monopólios.

O socialismo, assim, viria pelo caminho de uma evolução gradativa do próprio capitalismo. Sem rupturas, sem grandes choques entre as classes antagônicas. Não seria necessário destruir o capitalismo por um golpe violento, haja vista a sua capacidade de evolução. Nesse sentido, o Estado não seria, como para Marx, mesmo que autônomo em relação às classes, um "comitê executivo da burguesia", instrumento de repressão e coação (LECLERQ, 1981: 83-84). O Estado vai assumindo autonomia em relação às classes, representando algo como a "consciência da sociedade", como queria Hilferding.

O conceito de Estado como instrumento de domínio de classe – exposto também por Engels (1987) em sua obra *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* – é renunciado para se defender a visão tão tipicamente burguesa de que seria o Estado apenas um instrumento que a sociedade dá a si mesma para conter os impulsos individualistas existentes em seu interior. Assim, o Estado deveria passar a ser o poder executivo não de uma classe, mas do conjunto da sociedade.

Segundo a tese reformista, com a ampliação do sufrágio, o progresso eleitoral dos partidos representantes da maioria seria irresistível, culminando com a presença em massa de seus representantes no parlamento comendo a maioria nos quadros institucionais, o que lhes renderia a ocupação do governo e progressiva organização da sociedade para o ingresso no socialismo. Assim, entre a luta de massas para o fim da exploração capitalista e a incorporação democrática das massas ou de seus representantes nos aparelhos estatais, a social-democracia opta pela segunda alternativa.

O papel principal na alternativa de incorporação democrática das massas caberia aos partidos, vindo a ser eles responsáveis por catalisar as demandas sociais e servir de instrumento para manifestação das vontades dos indivíduos.

A luta democrática entre as diferentes classes sociais – entre os partidos e com a participação dos sindicatos – é elevada à condição de alternativa fundamental. À medida que o Estado vai se democratizando, o poder deixa de estar nas mãos da burguesia passando para o controle dos cidadãos, com o que a política consubstanciará os "interesses gerais".

A defesa da tese do Estado como representante da maioria e promotor do "interesse geral" e a conseqüente necessidade de mudança na estratégia política do movimento operário deduz-se de uma dupla ordem de fatores extremamente ligados entre si. O primeiro está no plano político e se refere à mudança da natureza do Estado, após a incorporação de representantes dos trabalhadores nos principais institutos democráticos e nas avançadas de poder; o segundo, no plano econômico, porém com implicação política direta, é tangente ao fato de que a improbabilidade de colapso econômico na era do "capitalismo organizado" invalidaria uma alternativa de ruptura, uma vez que no próprio desenvolvimento do capitalismo já se encontram os pilares do socialismo. Vejamos como esses argumentos são desenvolvidos.

Em princípio, se reafirma a tese marxiana de que o evoluir das forças produtivas do capitalismo levou à formação de uma maioria operária e assalariada. Acrescenta-se a essa tese, entretanto, o argumento de que, no plano político, na medida em que a democracia é a lei dos grandes números e em que esse fato facilita a representação das massas nas instituições democráticas, a

⁶ Para uma análise das duas fases de Kautsky, ortodoxa e reformista, ver a obra de Vranicki (1977) e Massimo Salvadori (1982).

burguesia não utilizaria a coerção violenta, a força das armas, dado que esse recurso já havia se afastado das sociedades modernas do Ocidente, sendo uma tara feudal extinta junto com o feudalismo.

Para Kautsky, o poder da burguesia era puramente econômico e por isso a classe dominante não oporia resistência armada aos expropriadores. As contradições sociais seriam resolvidas pelos meios modernos e democráticos – como a propaganda e o voto –, enquanto as sobrevivências feudais seriam extirpadas do jogo político.

Assim, a social-democracia entende o processo de democratização como responsável por alterar a natureza do Estado. A partir de sua democratização, este se constituiria como responsável pela libertação dos trabalhadores. De tal modo que a luta para pôr termo à desigualdade social não pode colocar em questão a liberdade política e individual. A ampliação da democracia negaria a lógica de se atribuir ao aparelho governamental a alcunha de “comitê executivo da burguesia”. Nos termos de Kautsky (*Apud* LECLERQ, 1981: 115),

O Estado democrático moderno distingue-se dos anteriores porque a utilização do aparelho governamental pelas classes exploradoras não faz parte da sua essência, não é dela inseparável. O Estado democrático, pelo contrário, tende a não ser o órgão de uma minoria, como acontecia com os regimes anteriores, mas o da maioria da população, quer dizer, das classes laboriosas.

[...]

A democracia abre a possibilidade de reduzir a nada o poderio político dos exploradores o que hoje, com o constante aumento do número de operários, sucede cada vez mais freqüentemente.

O processo de democratização do Estado passaria a ser indefinido. Quanto mais se amplia esse processo mais os aparelhos de coerção estariam sob o controle da vontade popular. O fim da luta de classes retiraria do Estado seu caráter opressor, mas permaneceria seu caráter regulador. Não seria necessária a abolição do Estado; mas da natureza classista do poder público.

Todavia, a conquista do poder pelos meios democráticos obrigaria a classe operária a respeitar os equilíbrios social e econômico. Ela deveria evitar, portanto, a quebra dos compromissos feitos sob a égide das regras do jogo parlamentar e lutar para impor sua hegemonia, pois se agisse de forma diferente estaria colocando em xeque tais equilíbrios. Luigi Basso, secretário do Partido Socialista Unitário de Itália, afirmava no Congresso de Roma da II Internacional:

Nós temos um Estado forte e livre. A liberdade política não deve transformar-se em licença. A classe operária deve saber impor a si mesma limites, no interesse da democracia e da liberdade geral. É necessário renunciar à tática das greves incessantes, tal como hoje vemos acontecer em Itália, quando a classe operária se entusiasma com o bolchevismo. Nós devemos muito especialmente condenar as greves dos Serviços Públicos e obter um compromisso entre os direitos sindicais dos funcionários e os interesses do Estado. Devemos rever a atitude do partido para com o exército e estudar um plano de reforma militar. Nós devemos, enfim, na nossa política financeira, ater-nos ao ponto de vista de um orçamento sem déficit e deflacionista (*Apud* LECLERQ, *op. cit.*, 114).

Ocupar um lugar central no Estado é fundamental para a prática da social-democracia. Tal resultado se alcançaria mediante coligações com os partidos burgueses de inclinação mais democrática, procurando reduzir a influência dos dois extremos, de esquerda e de direita, e procurando transformar em harmonia o antagonismo crucial da sociabilidade regida pelo capital.

Na defesa dessa harmonia, pode a social-democracia conceber, sem quaisquer reservas, a continuidade entre capitalismo e socialismo sob o manto da democracia. Bernstein vê no socialismo “a democracia levada à sua conclusão lógica”. Przeworski (1995;....) refere-se da seguinte maneira ao soerguimento da função da democracia na estratégia social-democrata:

A democracia representativa, para os social-democratas, tornou-se simultaneamente o meio e o objetivo, o veículo para o socialismo e a forma política da futura sociedade socialista, a estratégia e o programa, apresentando um caráter ao mesmo tempo instrumental e prefigurativo (PRZEWORSKI, 1995).

Não haveria assim traços de semelhança entre as revoluções levadas a cabo pela burguesia em relação àquelas que estariam sendo capitaneadas pela classe trabalhadora. “A Social-democracia é”, segundo Kautsky, “um partido revolucionário e não um partido que faz revoluções” (*apud* BOBBIO *et. alli*, 1995, p. 1989). No limite, a revolução socialista seria uma radicalização pacífica das revoluções burguesas. Resta, portanto, a Kautsky limitar sua concepção de revolução à seguinte veleidade:

Espero que a revolução social do proletariado revista formas completamente diferentes das que revestiu a revolução burguesa; que a revolução proletária, ao contrário da revolução burguesa, possa vencer por meios “pacíficos” de natureza econômica, legislativa e moral – e não pelo recurso à força física – onde quer que a democracia esteja enraizada (KAUTSKY *apud* LECLERQ, *op. cit.*, 117).

Para ele, com o aperfeiçoamento democrático não se pretende ver a destruição dos aparelhos do Estado, mas uma reforma política na qual tais aparelhos se aclimatam às necessidades da maioria operária e assalariada.

Em linhas gerais, são esses os argumentos que, no campo político, implicam uma necessária mudança na estratégia do movimento operário. Mas como afirmamos há pouco, a mudança do caminho para o socialismo para via reformista não se limita ao fator político.

O fator econômico é o segundo momento indispensável para a realização de uma ordem mais justa, que tem em mira estabelecer a igualdade não apenas em seus aspectos formais e políticos, mas que almeja alcançar também a democratização da produção econômica de excedente.

Subjacente à tese de democratização da economia se encontra uma reformulação da teoria marxista da concorrência, da concentração de capital e das crises. O reformismo social-democrata – Hilferding, Bernstein e o Kautsky “tardio” – elabora uma teoria econômica que prescinde completamente da “teoria do colapso”. Na visão reformista da economia, o capitalismo atingiu um gradiente de auto-regulação capaz de superar as causas das crises, devido à etapa das “proporções” na política de investimento e no equilíbrio entre a oferta e a demanda.

No que se refere particularmente ao Kautsky “tardio”, ele não só prescindiu da teoria do colapso como também se afastou das suas próprias teses da polêmica que travou com o revisionismo. Conforme assevera Massimo Salvadori, no Kautsky anti-revisionista não se podia encontrar nenhuma “teoria do colapso”, mas havia em seus escritos a tese da existência no capitalismo de uma tendência real para as crises produzidas pela superprodução e pelo subconsumo. Ademais, para o Kautsky anti-revisionista, superprodução e subconsumo eram imanentes ao funcionamento da produção capitalista e, conseqüentemente, eram a porta aberta para as revoluções das massas espoliadas. Porém, ao passo que o “capitalismo organizado” afastou qualquer possibilidade de disfunção econômica, para o movimento socialista a questão estava em obter os meios de intervir politicamente, de modo que, após a sua vitória democrática a classe trabalhadora poderia intervir na esfera da distribuição. Para isso seria necessário retirar da esfera privada a máquina produtiva, pois o capitalismo provou que, ao alcançar o estágio onde dominam as sociedades por ações, a crise da antiga direção empresarial privada se tornou manifesta, necessitando-se de uma nova direção política. Segundo Kautsky (*Apud SALVADORI, 1988: 160-161*),

Agora o desenvolvimento do modo de produção capitalista encaminha-se através da concentração e da centralização dos capitais, para uma direção que, já hoje, graças às sociedades por ações e às uniões empresariais, torna cada vez mais supérflua a pessoa do empresário. Estas restringem cada vez mais o espaço da tão apregoada iniciativa do indivíduo e substituem cada vez mais a concorrência e a especulação dos diferentes empresários por uma regulação e organização estáveis não somente da produção, mas também do mercado de toda a indústria. A regulação poderia adotar imediatamente um caráter socialista, no momento em que se orientasse não para o objetivo do lucro privado, mas para atender as necessidades sociais.

Essa citação evidencia o abandono da teoria do “colapso” ou das crises finais do sistema, para a defesa do socialismo como resultado do desenvolvimento da produção capitalista, e abre também o veio para adesão à tese do socialismo como solução moral.

À medida que prospera a produção capitalista, se tornam mais favoráveis as perspectivas do regime socialista para que tome o lugar do capitalista. Tudo isto resulta paradoxal aos olhos dos que presumem que o socialismo é fundamentado no “colapso”, na “desorganização”, no “fracasso” do capitalismo. Não está em oposição com a concepção que não espera a vitória do socialismo da decadência econômica do capital, mas da ascensão moral, intelectual e política e da consolidação do proletariado (KAUTSKY *apud SALVADORI, op. cit., p. 161*).

A questão que se infere dessa afirmação é: se – à medida que “prospera a produção capitalista” – não se estaria correndo o risco de que o operariado fosse integrado na ordem do capital e subordinado à lógica do sistema? Essa possibilidade não é considerada nem por Kautsky e tampouco por seus correligionários. Tal integração, caso ocorresse, seria de caráter transitório, já que a democracia política agia como catalisador anticapitalista responsável por educar as massas trabalhadoras para a luta socialista contra a exploração. Em sua opinião, a concentração e centralização próprias do “capitalismo organizado” atuaram na direção de criar bases mais racionais para o socialismo. Todavia, a “racionalidade” da produção capitalista permaneceu fundada na irracionalidade do lucro privado, de modo que não “democratizou” a sociedade por inteiro. A manutenção dessa contradição havia preservado e até mesmo ampliado o afã das massas para a construção do socialismo. Isso posto, a tarefa revolucionária era demonstrar essa contradição às massas, evidenciando o caráter amoral do capitalismo.

Em síntese, o reformismo vê a passagem do capitalismo para o socialismo como um *processo histórico contínuo*. Não haveria *essencialmente* nenhuma distinção radical entre essas duas formas de sociabilidade senão aquela em que o lucro acumulado privadamente seria objeto de uma distribuição mais equitativa ao se alcançar o socialismo. Essa continuidade, como já se frisou, possuiria dupla face: econômica e política. No que se refere à produção econômica, a centralização de capital já havia aplainado o terreno; e no que tange ao poder político, o processo de democratização e de incorporação das massas aos quadros governamentais e burocráticos já teria erradicado o caráter puramente coercitivo do Estado, transformando-o em regulador supra-classe.

Desse modo, de um lado, a luta das massas para a transição para o socialismo inscrever-se-ia na assunção do método de luta burguês; enquanto, de outro lado, o socialismo é reduzido à simples democratização da sociedade capitalista e à concretização na sociedade civil dos direitos sociais e dos ideais da democracia política representativa, estágio alcançado pelas “reformas estruturais”.

3.4. As conseqüências do caminho social-democrata para a construção do socialismo

Em resumo, vimos nesse capítulo que o revisionismo na social-democracia defende a conquista do poder do Estado pela via legal (eleitoral). O exercício do poder, desde então, deve ser exercido nas balizas do quadro institucional burguês, com zelo pelas regras do jogo parlamentar e beneplácito para com a democracia representativa. Em outras palavras, legalismo, juridicidade, parlamentarismo, contratos coletivos para os sindicatos são as características que conformam a práxis reformista, como apontou o sociólogo francês Alan Bihl. As ambições da social-democracia se dirigiam, portanto, às “reformas de estrutura”. Essas reformas estruturais deveriam ser conduzidas pelo seguinte receituário:

“nacionalização de monopólios industriais chaves, controle mais ou menos diretos de grandes grupos financeiros, municipalização do solo; organização

da assistência social pelo Estado; legislação do trabalho visando regulamentar as condições de exploração capitalista e contratualizar as relações entre capital e trabalho; redução das desigualdades sociais por meio da democratização do sistema fiscal e do ensino” (BIHR, *op. cit.*, p. 21).

Há, nas teorias de Kautsky e Bernstein, um manifesto abandono do processo revolucionário em nome do que poderia ser chamado de um novo paradigma da centralidade da democracia, isto é, a centralidade da política reformista, cujo aspecto fundamental encontra-se na teoria dos campos progressivos. Nesta teoria, os interesses da democracia convergem com os interesses dos trabalhadores e nem mesmo os interesses nacional-imperialistas, tampouco a tirania do mercado, seriam contrários às forças progressistas e civilizatórias do paradigma democrático. Isto porque o campo da democracia se impunha manifestamente sobre os interesses antagonísticos de classe e assim a colaboração de classes seria responsável por abrir caminho para a concretização de reformas sociais e políticas.

As reformas sociais e políticas seriam responsáveis por atingir os interesses imediatos do proletariado (no que concerne às suas condições de trabalho e de assistência social), mas estavam, curiosamente, também em consonância com os propósitos políticos da fração mais modernista da burguesia. O poder dessa fração da classe burguesa não deveria ser colocado em questão, ao invés disso, dever-se-iam buscar sempre os meios que pudessem levar ao compromisso entre as classes. A esse respeito, a análise de Marx (1982: 55) permanece válida:

O caráter peculiar da social-democracia consiste em exigir instituições democrático-republicanas, não como meio para abolir ao mesmo tempo os dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas para atenuar o seu antagonismo e convertê-lo em harmonia.

Contudo, o que a experiência histórica nos mostra é que o desiderato reformista – de transformar o antagonismo da sociedade capitalista em harmonia e assim proceder à transição pacífica ao socialismo – não alcançou o êxito que se esperava. Com o fim das crises potencialmente revolucionárias da década de 20 e com a estruturação do que posteriormente viria a ser o *Welfare State*, o projeto de pôr fim à exploração capitalista afastou-se progressivamente do caráter de luta de massas para transmutar-se cada vez mais em uma disputa corporativa e burocratizada pelo poder nos quadros dos partidos, dos sindicatos e demais aparelhos políticos, enquanto a massa trabalhadora dos países ricos se adaptava ao sistema sócio-metabólico do capital (LESSA, 1995 e 1997).

Em Bernstein e Kautsky, o que vimos foi o total abandono dos objetivos finais e a total aclimação ao sistema de mercado. Em versões posteriores da social-democracia, dos austro-marxistas até à Terceira-Via de Tony Blair, assistimos ao processo pelo qual as diversas variantes da social-democracia perseguem seus objetivos “socialistas” de maneira cada vez mais tímida e imperceptível sem mudar a moldura do sistema capitalista, ou seja, sem avançar uma posição no sentido de por fim à exploração do trabalho assalariado e dar início ao movimento emancipador do trabalho associado.

A trajetória da social-democracia, na sua posição de acomodação ao sistema excludente, coercitivo e alienante do capital, conduziu ampla fração do movimento operário a envidar futilmente energias vitais em um processo inócuo de tentativa de domesticação do capital. Com isso, contribuiu “perversamente” para que a esquerda mundial visse na centralidade da política e na orientação das lutas para o parlamento o único veio possível para trilhar no sentido da transformação social.

4. OS DESCAMINHOS DA REVOLUÇÃO SOVIÉTICA

Como vimos anteriormente, de acordo com a teoria marxiana, o trabalho é o eixo para a superação radical da sociabilidade regida pelo capital. Esta superação radical impõe o processo revolucionário centrado no trabalho como o caminho mais adequado para o socialismo.

No entanto, o desenvolvimento do capitalismo, que caracterizou as últimas décadas do século XIX, levou o movimento operário a assumir uma postura reformista, privilegiando o caminho democrático, que implicava a possibilidade de uma classe trabalhadora alcançar a hegemonia no poder do Estado e, por intermédio dele, realizar as transformações de caráter socialista.

A consolidação da perspectiva social-democrata, que deslocava a centralidade do trabalho para a centralidade da política, recebeu um forte impulso com a formação da II Internacional Socialista.

Contrariando essa tendência, a eclosão da revolução soviética, em 1917, recolocou em cena a perspectiva revolucionária. O caminho revolucionário, balizado pela centralidade do trabalho, ganhou novo impulso com o que parecia ser a possibilidade de superar o capital e o próprio Estado.

A vitória dos revolucionários russos, portanto, pareceu ser, também, a vitória da perspectiva revolucionária cujo eixo era o trabalho. Entretanto, a ausência de condições objetivas, nacionais e internacionais, levou a revolução soviética a contribuir, também, para o deslocamento da centralidade do trabalho para a centralidade da política, embora de modo muito diferente daquele da social-democracia.

Por que e como se deu esse deslocamento, é o que veremos ao longo desse capítulo. E, considerando que Lênin é o mais destacado teórico e dirigente entre os revolucionários russos, o exame do seu pensamento e das suas ações terá um destaque maior nesse trabalho.

Sabe-se que a Rússia da segunda metade do século XIX e começo do século XX era um país, econômica e socialmente, muito atrasado se comparado aos países da Europa ocidental. A maioria da sua população era constituída de camponeses e as relações de produção no campo tinham um caráter marcadamente feudal. Por sua vez, a classe trabalhadora era de formação bastante recente e numericamente muito limitada.

Tudo isso configurava uma situação que tornava praticamente impossível a realização de uma revolução de caráter socialista. Por outro lado, a debilidade da burguesia russa também tornava praticamente impossível a realização da revolução burguesa, no seu sentido pleno, liderada pela própria classe burguesa. O que gerava um tremendo impasse.

O intenso debate e as divisões partidárias acerca do caráter da revolução russa, travado entre os bolcheviques e os mencheviques, expressam essa complexa situação. Os bolcheviques levaram a melhor na condução do processo.

Sabe-se que Lênin e os dirigentes revolucionários bolcheviques tinham consciência clara daquela problemática situação. Todavia, a análise do momento histórico do capitalismo mundial, como transparece no texto de Lênin “*Imperialismo: etapa superior do capitalismo*”, pareceu indicar que esse sistema social se encontrava em fase praticamente terminal. E, como o capitalismo já tinha um caráter claramente internacionalizado, parecia razoável pensar que a quebra de qualquer elo dessa corrente levaria ao

desmoronamento do conjunto do sistema. Por circunstâncias históricas extremamente complexas, devidas em grande parte à guerra inter-imperialista de 1914 a 1918, o elo fraco da cadeia se mostrou ser a Rússia.

No entanto, os revolucionários bolcheviques tinham consciência de que a revolução na Rússia só poderia transformar-se de democrático-burguesa em socialista se a direção do movimento fosse assumida pelos países mais desenvolvidos. A eclosão da revolução nos países mais desenvolvidos da Europa ocidental era considerada condição indispensável para o sucesso da revolução em nível mundial.

Se observarmos as posições de Lênin antes de revolução, veremos que há uma concordância substancial com o pensamento de Marx. Em polêmica contra o reformismo, ele retoma, sistematizando, o pensamento de Marx e Engels acerca da problemática do Estado. Em *O Estado e a Revolução* ele sintetiza o pensamento desses dois autores, para deixar claro que há uma relação incidível entre o Estado e as classes sociais. E ele tem o cuidado de enfatizar que, mesmo em se tratando de um Estado de tipo democrático, esse caráter de classe não é eliminado. Assim, diz ele (1987: 54-55):

O Estado é o produto e a manifestação do *caráter inconciliável* das contradições de classe. O Estado surge precisamente no lugar, na hora e no grau em que as contradições de classe objetivamente *não podem*, objetivamente, conciliar-se. E vice-versa: a existência do Estado demonstra que as contradições de classe são inconciliáveis.

E, referindo-se ao Estado democrático, diz ele (op. cit: 66): *Nós somos partidários da república democrática, como a melhor forma de Estado para o proletariado sob o capitalismo, mas não temos nenhum direito de esquecer que a escravidão assalariada é o destino do povo, inclusive sob a república burguesa mais democrática.*

E, também concordando com Marx e Engels, afirma ele que o Estado não será abolido, como querem os anarquistas, mas se extinguirá, na medida que desaparecerem as bases materiais para cuja reprodução ele contribui. Além disso, Lênin também tinha claro que não bastava apoderar-se do aparelho do Estado para utilizá-lo em benefício das classes trabalhadoras. Que seria necessário destruir esse aparelho (político, administrativo, judiciário, militar) e construir o que ele chama de Estado proletário. Vale notar, porém, que, citando Engels, ele diz que a esse Estado proletário já nem se deveria dar o nome de Estado, mas de Comuna, uma vez que se trataria de um Estado em extinção, portanto, já não seria um Estado propriamente dito.

Em polêmica com os reformistas, Lênin acentua que o proletariado não precisa de um Estado, mas de um Estado em extinção. E, além disso, enfatiza que os próprios Marx e Engels, no Manifesto Comunista, afirmam que esse Estado proletário é “*o proletariado organizado como classe dominante*”(op. cit: 70). Essa, segundo ele, é uma diferença fundamental. Diz ele (idem, ibidem): *Essa definição do Estado nunca foi explicada na atual literatura de propaganda e agitação dos partidos social-democratas oficiais....* E continua (idem, ibidem):

O proletariado necessita do Estado, repetem todos os oportunistas, social-chauvinistas e kautskistas, assegurando que esta é a doutrina de Marx e “*esquecendo-se*” de acrescentar que, em primeiro lugar, de acordo com Marx, o proletariado só necessita de um Estado em extinção, isto é, organizado de tal modo que comece a extinguir-se imediatamente e que não possa fazer nada mais que extinguir-se; e, em segundo, que os trabalhadores necessitam de um “Estado”, isto é, o proletariado organizado como classe dominante.

É inegável que Lênin também tinha claro que o socialismo implicava a superação do capital e da propriedade privada, portanto, a alteração radical das bases materiais da sociedade. Que seria necessário os trabalhadores se apropriarem do processo de produção e reorganizarem-no de modo a estabelecerem relações de produção de caráter socialista.

Referindo-se à interpretação de Marx da Comuna de Paris, diz ele (op. cit.: 89):

Essas medidas – as medidas políticas tomadas pela Comuna – referem-se à reorganização estatal, puramente política, da sociedade, mas é evidente que só adquirem sua plena importância e sentido em conexão com a “*expropriação dos expropriadores*” já em realização ou em preparação, ou seja, com a transformação da propriedade privada capitalista dos meios de produção em propriedade social.

Percebe-se, no entanto, já neste momento, que o significado de “propriedade social” não é bem esclarecido. Ele é tratado como se fosse um conceito evidente. O que, obviamente, está longe de ser. “Propriedade social” parece ser tão evidente como “propriedade privada”. A primeira demarcaria o socialismo, a segunda, o capitalismo. Os fatos acontecidos após a revolução soviética mostram que este conceito de “propriedade social” pode ser entendido não como apropriação efetiva de toda a sociedade, mas como propriedade estatal, na suposição de que o novo Estado seria o representante da classe trabalhadora. Deste modo, eliminado o caráter privado da propriedade, esta passaria a ter um caráter social pelo simples fato de estar sob o domínio desse novo Estado. Veremos, mais adiante, como isso nada tem a ver com socialismo.

Compreende-se porque esse esclarecimento do conceito de “propriedade social” é relegado ao esquecimento. Naquele momento histórico a questão central era a questão política, a questão da tomada do poder político, da revolução política. Contra o reformismo, Lênin acentuava o caráter revolucionário, mas este caráter centra-se na problemática do Estado, na tomada do poder político, relegando a segundo plano a problemática do trabalho. Lênin via a necessidade de deixar clara a natureza classista do Estado, para então afirmar a necessidade da sua superação.

Após a revolução de outubro, abre-se um período extremamente complexo e sem precedentes. O próprio Lenin reconhece que se configurou uma situação inteiramente nova, com tarefas radicalmente diferentes, a respeito das quais Marx não tinha deixado nenhuma indicação.

Era preciso começar a caminhar no sentido do socialismo numa situação profundamente adversa. Um situação marcada pelo estado de guerra e por todas as terríveis consequências econômicas, políticas e sociais por ela provocadas. O país estava exaurido pela guerra e com a economia inteiramente desorganizada. Além disso, havia, ainda, internamente, as divergências no interior do próprio campo dos revolucionários, a resistência desesperada e violenta das classes dominantes, da cidade e do campo,

auxiliadas pelos exércitos e pelo dinheiro da burguesia internacional e a questão do prosseguimento da guerra ou da realização da paz com a Alemanha. E, como agravante, uma classe trabalhadora que, não obstante ter demonstrado o seu espírito revolucionário, era numericamente pequena e, além disso, atrasada em inúmeros aspectos.

Não era exatamente a situação que tinha sido prevista antes da revolução. A previsão era de que eclodisse a revolução na Alemanha, arrastando o restante da Europa desenvolvida e, conseqüentemente, o mundo todo. O fracasso desta e, portanto, da derrocada do capitalismo mundial, deixou a revolução soviética isolada e com base em um país muito atrasado. Ali não era possível nem produzir riqueza em abundância (base imprescindível para o socialismo), nem instaurar o trabalho associado (a “livre associação dos trabalhadores livres”) e, por isso, nem realizar a extinção do Estado, como Lênin tinha afirmado antes da revolução.

É nesse contexto que se realiza o caminho concreto da revolução soviética. E é esse contexto, essa realidade objetiva que vai impondo, cada vez mais, o seu peso e alterando decisivamente a teoria revolucionária. Essa modificação é claramente perceptível quando Lênin se refere à problemática da produção.

Criticando aqueles que pretendiam criar uma nova sociedade sem levar em conta a realidade concreta, diz ele (op. cit: 93):

Não somos utópicos. Não “sonhamos” em como se poderá prescindir *de uma* vez de todo governo, de qualquer subordinação; (...) Não, nós queremos a revolução socialista com homens como os de hoje, com homens que não podem passar sem subordinação, sem controle, sem “inspetores e contadores.

E, mais adiante (op. cit: 94):

Organizemos a grande produção, nós *mesmos*, os operários, partindo do que já tenha sido criado pelo capitalismo, baseando-nos em nossa própria experiência de trabalho, estabelecendo uma disciplina rigorosíssima, férrea, mantida pelo poder estatal dos operários armados;

E, citando o correio como modelo de economia socialista, diz ele (idem, ibidem):

“ O imperialismo pouco a pouco vai transformando todos os trustes em organizações desse tipo. (...) Basta derrubar os capitalistas, destruir, com a mão de ferro dos operários armados, a resistência destes exploradores, romper a máquina burocrática do Estado moderno e teremos perante nós um mecanismo de alta perfeição técnica, livre do “parasita” e perfeitamente suscetível de ser posto em marcha pelos próprios operários unidos,

Em outro momento, ainda, e referindo-se à diferença entre capitalismo e socialismo, Lênin (1988: 574) diz:

Em comparação com as nações avançadas, o russo é um mau trabalhador. E não podia ser de outro modo sob o regime tsarista e com a vitalidade dos restos do regime de servidão. Aprender a trabalhar – esta é a tarefa que o novo poder soviético deve colocar em toda a sua envergadura perante o povo. A última palavra do capitalismo neste aspecto, o sistema Taylor – tal como todos os progressos do capitalismo -, reúne em si toda a refinada crueldade da exploração burguesa e uma série de riquíssimas conquistas científicas no campo da análise dos movimentos mecânicos do trabalho, a supressão dos movimentos supérfluos e inúteis, a elaboração dos métodos de trabalho mais corretos, a introdução dos melhores sistemas de registro e controle, etc. A República Soviética deve adotar a todo custo as conquistas mais valiosas da ciência e da técnica neste domínio. A possibilidade de realizar o socialismo é determinada precisamente pelos nossos êxitos na combinação do Poder Soviético e da organização soviética da administração com os últimos progressos do capitalismo. Tem de se criar na Rússia o estudo e o ensino do sistema de Taylor, a sua experimentação e adaptação sistemáticas (...).

Como se vê, socialismo aqui é sinônimo de modernização do trabalho, de levar os trabalhadores russos – atrasados – a se apropriarem das técnicas e dos conhecimentos científicos acerca do trabalho desenvolvidos pelo sistema capitalista. A diferença estaria em que o novo sistema de trabalho seria realizado com a ausência da propriedade privada. Mas, a realização do socialismo, e Lênin acentua forte e repetidamente esse aspecto, implica uma disciplina férrea no trabalho e um registro e um controle rigorosíssimos da produção. Ora, esta forma de trabalho pode ser tudo, menos aquilo que Marx chamava de *livre associação dos produtores livres*. Nem sequer pode estar caminhando para isso, uma vez que se baseia na continuidade da exploração do homem pelo homem.

Já vimos, quando examinamos o pensamento de Marx, que a eliminação da propriedade privada não pode ser efetivada por um ato de vontade política (decretos estatais). Por este meio se suprime jurídica e politicamente, mas não socialmente a propriedade privada. A eliminação efetiva desta só pode ser realizada mediante a entrada em cena do *trabalho associado*, isto é, do domínio livre, consciente e coletivo dos produtores sobre o processo de produção.

Quanto à problemática do Estado, após a revolução, vê-se que este, em vez de definhar, se tornou cada vez mais forte. Os revolucionários justificavam esse fortalecimento face às necessidades concretas, entendendo que se tratava da “ditadura do proletariado” preconizada por Marx.

Com efeito, não demorou muito para que os outros partidos, até os que se situavam mais à esquerda, fossem aliados do poder e banidos da legalidade. Quanto à própria classe trabalhadora, organizada em sovietes de operários, soldados e camponeses, teve um papel decisivo no momento da tomada do poder e no período imediatamente após. Porém, aos poucos, tanto os sovietes

quanto os sindicatos foram sendo afastados do exercício do poder e transformados em meros instrumentos do partido bolchevique. O processo concreto levou este partido a assumir o poder do Estado e a afastar todos aqueles que, de qualquer modo, se opunham às suas diretrizes.

Em fins de 1920, em um discurso aos sindicatos, diz Lênin (apud Hobsbawm: 1985: 137)

Não se pode realizar a ditadura do proletariado por meio da organização que reúne toda a classe. E isso porque não apenas entre nós, em um dos países capitalistas mais atrasados, mas também em todos os outros países capitalistas, o proletariado está ainda tão dividido, humilhado, aqui e ali corrompido (precisamente pelo imperialismo em certos países), que a organização de todo o proletariado não pode exercer diretamente a sua ditadura. Somente a vanguarda que absorveu a energia revolucionária da classe pode exercer a ditadura (...). Não é possível realizar a ditadura sem algumas “correias de transmissão” que liguem a vanguarda à massa da classe avançada e esta última à massa dos trabalhadores.

E mais tarde, em 1921, no X Congresso do Partido, declara (idem, ibidem): *Após dois anos e meio de poder soviético, declaramos ao mundo inteiro, na Internacional Comunista, que se pode exercer a ditadura do proletariado somente através do partido comunista.*

Certamente, essas eram tarefas que a realidade objetiva impunha na situação concreta da Rússia, um país onde inexistiam as condições de produzir riqueza em abundância, única base possível para o socialismo. A manutenção do poder pelo partido bolchevique, que se considerava o legítimo representante da classe trabalhadora, exigia uma dose cada vez maior de repressão.

Deste modo, após a revolução, já não parece que haja, a não ser à primeira vista, uma concordância entre Marx e Lênin. Aparentemente, a revolução soviética estava seguindo à risca o que Marx e Engels preconizavam no Manifesto Comunista, quando diziam (1998: 29):

O proletariado utilizará o seu domínio político para ir arrancando todo o capital das mãos da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante e para aumentar o mais rapidamente possível a massa das forças produtivas.

Contudo, como já mostramos no capítulo I, Marx e Engels se referiam aos países altamente desenvolvidos onde, segundo eles, já havia condições de produzir riqueza em abundância e não a países atrasados como a Rússia. No primeiro caso, entraria em cena, após a destruição do poder do Estado burguês, a alma social do trabalho, ou seja, a “*livre associação dos produtores livres*”. O que eliminaria aquela “*disciplina rigorosíssima, férrea*”, aquela coerção de uma vanguarda armada sobre o restante dos trabalhadores, a que se refere Lênin. No segundo caso, dada a necessidade de produzir, em brevíssimo tempo, uma grande quantidade de riqueza, o trabalho não poderia adquirir aquele caráter de liberdade preconizado por Marx e Engels. Teria que ser, necessariamente, um trabalho de caráter coercitivo.

Em 1917, um conjunto de circunstâncias levou à eclosão da revolução na Rússia. De fevereiro a outubro, sob a liderança dos bolcheviques e especialmente de Lênin, a revolução sofreu profundas mudanças, transformando-se, aparentemente, de revolução democrático-burguesa em revolução socialista.

As primeiras medidas tomadas expressavam aquilo que Lênin preconizava em *O Estado e a revolução*: a dissolução do aparelho de Estado burguês e a constituição de um novo poder cujo núcleo seriam os soviets de operários e camponeses, a organização de um novo tipo de forças armadas (o exército vermelho, a nova polícia política), a abolição da propriedade privada da terra, a nacionalização dos bancos, das estradas de ferro e do comércio exterior.

Diante do atraso do desenvolvimento da Rússia, como vimos antes, um dos maiores desafios enfrentados pelos revolucionários foi a reorganização da produção.

As primeiras ações do Estado soviético neste campo foram motivadas pela situação dos operários dos camponeses. Em 5 de dezembro de 1917, respondendo à aliança operário-camponesa, o II Congresso dos Sovietes abole a propriedade privada dos grandes latifúndios.

A situação das fábricas era ainda mais complexa. Certamente, o objetivo mais geral era que a classe trabalhadora controlasse todo o processo de produção, eliminando, assim, os exploradores capitalistas. Mas, como realizar isso naquela situação concreta? O fato de haver algumas experiências de controle operário antes mesmo da insurreição de outubro parecia indicar o caminho. Os operários, sofrendo com o boicote promovido pelos industriais, assumiram o controle das fábricas, criaram comissões de administração e gerência, determinaram o ritmo da produção, estabeleceram comunicações com outras fábricas, elaborando uma rede de abastecimento de matéria-prima que não permitia a paralisação da produção.

Particularmente significativas foram as experiências dos Sábados Comunistas. Eles eram uma forma voluntária de trabalho, organizada pelos próprios operários. Operavam principalmente na construção e reparação das estradas e dos meios de comunicação.

Entusiasmado com essa experiência, Lênin (1980: 144) escreve:

Cerca de 10% dos participantes destes trabalhos são comunistas que trabalham permanentemente nas localidades. Os restantes ocupam postos eletivos e de responsabilidade, desde o comissário da linha até o comissário de diferentes empresas, e também do sindicato, e trabalhadores da direção e do Comissariado das Vias de Comunicação. Nunca se viu tanto entusiasmo e harmonia no trabalho. Quando os operários, empregados de escritório e funcionários da direção, depois de terem levantado o aro de quarenta puds de uma roda para uma locomotiva de comboio de passageiros, a fizeram rolar para o seu lugar sem palavras grosseiras nem discussões, como formigas laboriosas, nascia no fundo do coração um fervoroso sentimento de alegria

pelo trabalho coletivo e fortalecia-se a fé em que a vitória da classe operária é inabalável. (...) Terminado o trabalho, os presentes foram testemunhas duma cena jamais vista: uma centena de comunistas, fatigados, mas com os olhos brilhantes de alegria, saudaram o êxito do trabalho com o canto solene de A Internacional”.

Essas experiências, como não podia deixar de ser, se dissolveram rapidamente. Entre os motivos imediatos estavam o centralismo administrativo, as intervenções do Estado e a burocratização. E, pior ainda, eles acabaram se tornando obrigatórios, o que contrariava frontalmente a sua própria natureza.

O estudo das medidas tomadas pelo governo soviético e de sua implementação mostra que foi um processo muitíssimo complexo, com profundas divergências no interior do próprio partido bolchevique. Mas, mostra muito mais ainda que foi um processo realizado de cima para baixo, isto é, não foi a classe trabalhadora, em seu conjunto, organizada como classe dominante, mas o Estado (nas mãos do partido bolchevique) que realizou estas ações. Voltaremos a essa questão em outro momento. Ela é de suma importância.

Contudo, as agressões externas e a resistência interna da burguesia criaram uma situação extremamente difícil e levaram o novo poder a tomar um conjunto de medidas radicais para enfrentá-la. Essas medidas foram conhecidas como Comunismo de Guerra. Esse “comunismo” implicou uma onda de confiscos e requisições da produção agrícola, a expropriação da grande indústria e da maior parte das pequenas empresas, o estabelecimento do controle operário nas fábricas, a constituição de “comitês de camponeses pobres”, cujo objetivo era controlar a produção no campo e a organização de grandes unidades coletivas de produção no campo.

O que é o “comunismo de guerra”? Em síntese, uma maneira, baseada na coerção, de organizar a produção, face à resistência da classe burguesa e de grande parte da própria classe trabalhadora e dos camponeses. Face à desorganização e ao enfraquecimento da produção resultantes da revolução e da guerra civil, era necessário impor um regime draconiano de trabalho. Tratava-se de produzir, rapidamente e em grande escala, riqueza material para atender as necessidades da população. Mas, isto só podia ser feito mediante um regime despótico de trabalho. Compreende-se, então, a resistência da classe trabalhadora. Dada a situação de carência em que ela se encontrava, não é de estranhar a negação de trabalhar mais arduamente sem poder ver nenhum resultado imediato. Essa negação se manifestava sob diversas formas: absenteísmo, falta de empenho no trabalho, sabotagem, etc.

De novo, tratava-se de uma organização da produção que não era protagonizada, e nem poderia sê-lo, pela própria classe trabalhadora, mas contra ela. As experiências de controle da produção demonstram isso com toda clareza. Maurice Brinton, estudando o controle operário nesse período (1917-1921), enfatiza uma diferença entre *controle* e *gestão*. Referindo-se a esses dois conceitos, diz ele (s/d: 15): **Gerir** significa tomar por si mesmo as decisões, na qualidade de pessoa ou coletividade soberana e com pleno conhecimento das informações necessárias. **Controlar** significa supervisionar, inspecionar ou verificar as decisões tomadas por outrem. E, referindo-se a essas duas situações, esclarece (idem, ibidem):

Numa – a gestão (I.T.) – a classe operária (o conjunto dos produtores) toma **todas** as decisões fundamentais. Fá-lo diretamente, através de organismo de sua escolha com os quais se identifica completamente, e que sabe estar em seu alcance dominar totalmente (comitês de fábrica, conselhos operários, etc.). Esses órgãos, compostos por delegados eleitos e revogáveis, federam-se provavelmente em base regional ou nacional. Decidem (concedendo o máximo de autonomia possível às coletividades locais) o que se deve produzir, de que modo, a que preço e à custa de quem. A outra, situação possível é aquela em que essas decisões fundamentais são tomadas “em instâncias diferentes”, do exterior, ou seja, pelo Estado, pelo Partido ou qualquer organismo sem verdadeiros laços com o próprio processo de produção. A “separação entre os produtores e os meios de produção” (base de qualquer sociedade de classe) é mantida. Esse tipo de solução em breve mostra o que é de fato: uma nova forma de opressão, independentemente das boas intenções dos revolucionários do organismo em causa, e sejam quais forem as disposições que tome (ou deixe de tomar) para que as decisões políticas sejam de tempos em tempos submetidas à ratificação ou correção.

Quando se examinam os fatos – as ações dos trabalhadores e as medidas tomadas pelo governo – vê-se que em nenhum momento se caminhou na direção da gestão, livre, consciente e coletiva da produção. E isto não por má intenção ou por falta de vontade, mas porque a gestão não era uma possibilidade inscrita na realidade. A produção de riqueza em grande quantidade e rapidamente só poderia ser levada a efeito com base numa forma coercitiva de trabalho. A forma dessa coerção poderia variar, mas não o fato de que a coerção era necessária.

Porém, o “comunismo de guerra” não conseguiu fazer frente à catastrófica situação em curso. Mesmo com o fim da guerra civil e com a vitória sobre os contra-revolucionários, a situação econômica era de extrema precariedade. A produção regredira a níveis inferiores aos de antes da entrada da Rússia na guerra mundial. Com isso, aumentou a insatisfação entre os habitantes das cidades, pela falta dos produtos e entre os camponeses, pelas constantes e brutais requisições.

Discussões no seio do governo levaram à adoção da NEP – Nova Política Econômica – defendida por Lênin. A NEP consistia na flexibilização do “comunismo de guerra”. Voltou a ser permitido o livre comércio interno, o funcionamento de pequenas empresas particulares, o retorno de propriedades rurais privadas e concessões a empresas estrangeiras, o recrutamento de capitalistas e especialistas burgueses para a direção das empresas e a adoção de formas capitalistas de administração. Mas, a NEP também significou o incremento da burocracia e profundas reformulações na área política. Os desdobramentos são conhecidos. Após a morte de Lênin, a luta interna foi vencida pela facção estalinista e o país caminhou rapidamente para uma brutal ditadura, não da classe trabalhadora, mas sobre a classe trabalhadora.

Os escritos de Lênin, após a revolução, especialmente, os últimos, mostram que ele tinha consciência dos impasses em que se encontrava o processo revolucionário, devidos, particularmente, ao fato de a revolução ter sido derrotada na Alemanha. Isto tinha imposto ao poder soviético tarefas que jamais teriam sido imaginadas. Por isso, ele reconhecia que o Estado de que dispunham

naquele momento não era, de modo nenhum, o “Estado em extinção”, acerca do qual ele escrevera antes da revolução. Tratava-se, segundo ele, de um Estado com profundas deformações, com enormes deficiências. Mesmo assim, ele considerava que se tratava de um Estado operário e não de um Estado burguês. Portanto, de um instrumento positivo para a construção de uma sociedade socialista.

Mesmo ao final da vida, e apesar das críticas dirigidas ao processo revolucionário, Lênin acreditava na possibilidade de caminhar no sentido do socialismo. Em um artigo, escrito em 1924, diz ele (apud Bobsbawn: 1985: 139):

Para criar o socialismo, dizem vocês, é preciso civilização. (...). Por que, então, entre nós, não poderíamos criar, antes de tudo, as premissas da civilização, que são a expulsão dos grandes proprietários fundiários e a expulsão dos capitalistas russos, para depois começar a marcha para o socialismo? Em que livros vocês leram que semelhantes modificações do curso normal da história são inadmissíveis ou impossíveis? Napoleão, se bem me recordo, escreveu: “On s’ngage et puis...on voit”.

Como se pode ver, a trajetória da revolução soviética mostra que o Estado, em vez de caminhar para a sua extinção, fortaleceu-se cada vez mais. E que ele foi se tornando, cada vez mais, um elemento aparentemente fora e acima da sociedade, mas, na realidade cumprindo o papel de instrumento de repressão sobre a classe trabalhadora e de apropriação coletiva/não social da riqueza produzida. Deste modo, acentuou-se cada vez mais a separação entre os produtores e os proprietários dos meios de produção, expressão e condição de reprodução da desigualdade social.

Contudo, aos olhos de todos os socialistas, ele se apresentava como um Estado operário, como um instrumento de realização dos interesses da própria classe trabalhadora. Admitia-se que ele tinha defeitos e deformações, mas, mesmo assim, não deixava de ser o legítimo representante dos trabalhadores.

Por outro lado, o socialismo foi sendo concebido de modo cada vez mais economicista. Separando o econômico do político, passou-se a entender que socialismo, do ponto de vista econômico, consistiria no planejamento centralizado (nas mãos do Estado) da produção, na supressão (jurídica e política) da propriedade privada, na criação de uma poderosa indústria de base e na organização da produção de modo que ela pudesse estar voltada para o atendimento da maioria da população. Deste modo, estaria eliminada a concorrência, considerada a alma do capitalismo. Sendo o Estado o representante da classe trabalhadora, seria esta que, ao fim e ao cabo, controlaria toda a economia, imprimindo a ela um caráter socialista. O Estado passaria, então, a ter um papel positivo na construção do socialismo. Assim, todo o debate acerca do socialismo passou a girar em torno da problemática econômica, dissociada daquilo que, para Marx, era o cerne da história: o processo de autoconstrução humana.

Além do mais, a esse caminho particular – que se acreditava ser socialista – foi conferido um caráter de universalidade. E, como se pode ver, todas as outras tentativas revolucionárias, que se seguiram, trilharam, com diferenças secundárias, esse mesmo caminho. Tratava-se sempre de tomar o poder do Estado para, por meio dele, promover as transformações que levariam a sociedade ao socialismo. Deste modo, ainda que por vias profundamente diferentes, esta “via revolucionária” promoveu, do mesmo modo que a “via reformista”, um deslocamento da centralidade do trabalho para a centralidade da política, com conseqüências extremamente danosas para a perspectiva do trabalho.

5. O Eurocomunismo e a Via Democrática para o Socialismo

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, há uma profunda mudança na política dos partidos comunistas da Europa ocidental. Os partidos comunistas da França (PCF), da Itália (PCI) e da Espanha (PCE), seguidos por um grupo de partidos menores de outros países da Europa e fora dela, resolvem romper com o monolitismo do *bureau central* da Internacional Comunista, representado pelos burocratas do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Isto aconteceu sobretudo após o XX Congresso do PCUS, em 1956, e os acontecimentos que se seguiram a tal congresso (como a revolta húngara, a cisão sino-soviética, o fortalecimento da *détente* na política internacional) (BOTTOMORE, 1988: 143).

A ruptura com a linha política do PCUS era devida, de um lado, à resistência à universalização do projeto stalinista de “socialismo em um país isolado” e, de outro, às mudanças profundas na estrutura sócio-política das sociedades capitalistas ocidentais.

O objetivo desses partidos, que passaram a ser conhecidos como eurocomunistas, era, portanto, adequar a concepção de socialismo e as estratégias de transição “às condições específicas do capitalismo desenvolvido” e de manifestar o abismo, cada vez maior, “entre estes partidos e o ‘comunismo’ de Moscou” (CLAUDÍN, 1978, p. 3).

Esse objetivo, a que se propõem os partidos eurocomunistas, se concretiza teoricamente quando eles postulam a tese da “via democrática para o socialismo”, com todos os seus pressupostos e conseqüências, e quando intentam aplicar seu programa à situação em que se encontram os países capitalistas centrais.

Neste capítulo buscaremos, em primeiro lugar, **demonstrar** porque e como estes partidos se esforçam por estabelecer um liame entre democracia e socialismo através da sua tese de que a via para o socialismo deveria ser pavimentada com instrumentos democráticos. Em segundo lugar, intentaremos **estabelecer** como esta tese é estruturada a partir da crítica das concepções marxianas de socialismo, de revolução, de Estado e de democracia/cidadania. E, por fim, procuraremos **esclarecer** como a busca de tal liame representou um dos mais significativos e influentes capítulos na histórica mudança de eixo da centralidade do trabalho para a centralidade da política, no interior do movimento socialista.

5.1. Crise do Stalinismo e Eurocomunismo

O fato de a experiência da revolução soviética – apesar de inicialmente apresentar êxitos no que concerne à derrocada do sistema político czarista – ter-se tornado extremamente trágica para o proletariado daquele país, levou muitos comunistas a reavaliarem o regime instaurado após a revolução de Outubro, tanto em seus aspectos teóricos quanto em seus aspectos práticos..

Na Rússia, em linhas gerais, no momento da tomada do poder pelos bolcheviques, em 1917, os “velhos” revolucionários estavam conscientes de que não seria possível instaurar o socialismo de forma isolada em um país, muito menos na Rússia, atrasada e semifeudal. Acreditavam que a revolução soviética seria necessária pelo fato de que a situação em que a Rússia se encontrava

fazia dela o “elo mais débil da cadeia” e, conseqüentemente, a vitória naquele país exerceria uma influência positiva no proletariado mundial.

As potencialidades revolucionárias que a Primeira Guerra Mundial estava abrindo seriam aproveitadas, em seguida, pelo proletariado das outras nações que, ao conquistar o poder político, se solidarizariam com os trabalhadores russos. (A posição de Lênin, aguardando otimistamente a Revolução na Alemanha, é um emblema dessa tese). Contudo, alguns anos depois, as potencialidades revolucionárias abertas pela crise capitalista do início do século XX se esgotaram, e com o novo ciclo de expansão dos anos trinta abre-se o espaço para que as forças contra-revolucionárias fossem se entrincheirando.

Com efeito, ao contrário de uma crise terminal, o capitalismo “agonizante” conseguiu derrotar as forças revolucionárias, se recuperar economicamente com a adoção por alguns países do modelo taylorista-fordista de controle da força de trabalho combinado com as medidas de *demand management keynesianas* e cooptar inúmeros sindicatos e amplo contingente da classe trabalhadora com o fortalecimento da social-democracia e com a ascensão do fascismo, entre outras vitórias.

Sem contar, portanto, com a esperada solidariedade internacional, os revolucionários russos vêem-se enredados em um dilema dramático. Não lhes era permitido retroceder, entregando tímida e temerariamente o poder de volta às mãos do antigo regime russo; tampouco poderiam avançar em um processo de socialização da produção e instauração do trabalho associado, consciente e coletivo, posto que as limitações objetivas – leia-se o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas – eram obstáculos inarredáveis a essa alternativa.

Não havendo possibilidade para se aprofundar o processo revolucionário, instaurando o trabalho livremente associado, dado o baixo desenvolvimento das forças produtivas e o isolamento em que se encontrou a Rússia devido às vitórias contra-revolucionárias no Ocidente, os soviets passaram a conviver com uma formação social híbrida, sob a regência de um *capital coletivo/não-social*⁷.

Evoluindo e se demarcando cada vez mais esse quadro dramático, não restou outra alternativa aos bolcheviques senão aquela de sustentar um processo de industrialização, planejado e centralizado na burocracia do Estado/Partido, para atender às necessidades básicas da população e para não frustrá-la no seu *ethos* revolucionário. Não é outra a motivação que faz Lênin aceitar com beneplácito a produção racionalizada à moda taylorista⁸, denotando o travejamento *economicista* que – mesmo com toda resistência e mediações que podemos encontrar na obra de Lênin – se constituirá em apanágio da via bolchevique.

A morte de Lênin e a ascensão de Stalin pintaram com cores ainda mais fortes a tragicidade do destino da sociedade soviética. No poder, Stálin patrocina o processo de expurgos, perseguindo e encaminhando ao cadafalso toda a velha guarda bolchevique, composta por coerentes e intrépidos revolucionários. O efeito da vitória do stalinismo foi a contrafação da teoria marxiana, substituindo-a por um simulacro de teoria, na qual a tese central – radicalmente anti-marxiana – era de que seria factível construir o socialismo em um país isolado. Ainda mais – o que é pior! –, devido à hegemonia que paulatinamente o stalinismo alcançara, difunde-se a idéia de que na Rússia se estaria efetivamente construindo o socialismo – como se houvesse possibilidade de edificar uma sociedade emancipada onde o trabalho morto subjuga o vivo, onde o *leitmotiv* do processo se encontra na exploração do homem pelo homem.

Com a ascensão do stalinismo, o dogma do “socialismo em um país isolado” será eleito como linha geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e dos demais partidos comunistas pelo mundo, do mesmo modo que o modelo de transição soviética será hipostasiado pela doutrina marxista-leninista (i.e., por essa criação dogmática da ideologia autocrática stalinista) como paradigma universal de revolução.

No curso desse processo, como afirmou Claudín, o próprio marxismo é desnudado de sua natureza crítico-revolucionária e nas mãos dos burocratas do Partido se transforma numa mística escolástica justificadora da nova ordem social. Contra aqueles que negavam ou duvidavam de que ali estava sendo edificado o socialismo, os burocratas e os praticistas revolucionários respondiam que aquele era o único socialismo existente, o “socialismo real”, legitimado ideologicamente pelo marxismo-leninismo (CLAUDÍN, 1983, p. X)

O apogeu do stalinismo na União Soviética e a adesão de diversos dirigentes dos países satelitizados à idolatria do “Partido-guia”, metamorfoseia os antigos revolucionários em burocratas que se arvoram em socialistas e se auto-proclamam portadores do conhecimento em escala global, diretores do planejamento estratégico da economia e reguladores dos meios para se fixarem os comportamentos dos indivíduos.

Socialismo se converte, nesse ideário, em questão meramente econômica, inspirado em princípios de estatização da produção e planejamento estatal centralizado. Deste modo, o plano conscientemente concebido pela totalidade dos produtores associados fora substituído por um planejamento do Estado/Partido imposto aos produtores individuais, de maneira que o conceito de homens livremente associados na produção resta descartado e é substituído por uma associação *forçada*, tendo-se assim que conceber o exercício do poder político como separado e oposto em relação aos produtores, os quais devem aceitar e realizar planos econômicos que não foram deliberados conscientemente por eles, mas pela burocracia de um regime político que se afirma proletário mesmo que conviva com a mais aguda repressão dos trabalhadores, negando a própria natureza do trabalho livre e associado.

A forma de controle burocrático-política do processo produtivo, a regência do trabalho morto sem o solo do mercado e a impossibilidade objetiva de avançar isoladamente para uma sociabilidade para além do capital, acabam por atrofiar o desenvolvimento das forças produtivas nos países pós-capitalistas, de maneira que a partir de 1950, quando os países do capitalismo avançado demonstram estar se soerguendo dos escombros da Segunda Guerra Mundial, se torna cada vez mais evidente o atraso da União Soviética em relação a estes, no que tange ao desenvolvimento econômico.

O risco de que as dissidências internas na União Soviética e no “campo socialista” agravassem mais ainda a crise do regime soviético impele, junto ao fortalecimento interno das medidas autocráticas, ao recrudescimento de uma política de alinhamento dos comunistas dos demais países às diretrizes e decisões dos burocratas do *bureau central* da Komintern.

Após o XX Congresso do PCUS, em 1956, mesmo quando as “denúncias burguesas” aos crimes do stalinismo foram comprovadas, permaneceu vigindo o dogma de que na União Soviética havia socialismo, e de que tudo que ocorrera não passara de “deformações” que deveriam ser corrigidas. O efeito dessa ilusão para o movimento socialista, como demonstra Lessa, foi desastroso. Diz ele (1995: 38):

Quando os revolucionários assumiram como tarefa defender o país dos soviets enquanto socialistas, as suas elaborações teóricas se resumiram em tentar provar que era socialismo o que gritantemente não passava de uma

⁷ Vale dizer que é próprio das formações sociais nas quais o processo é regido pela lógica do capital que o trabalho vivo permaneça subsumido ao trabalho morto; enquanto, é próprio da “sociedade humana ou humanidade social” que o trabalho vivo controle consciente e coletivamente o trabalho morto. Todavia, esta transformação estrutural não ocorreu nos países pós-capitalistas.

⁸ A esse respeito ver Braverman (1987: 22) e Aued (1998: 70 e ss.).

nova forma de exploração do homem pelo homem. Deixaram de produzir ciência para mistificar a realidade. [...]

O marxismo, de teoria revolucionária que, dotando os homens de uma consciência superior do seu em-si, propunha-se a possibilitar que a humanidade conscientemente fizesse a sua história, converteu-se, em poucas décadas, na ideologia (no sentido pejorativo do termo) de um Estado opressor dos trabalhadores. De ciência à falsificação do real: este o triste destino do marxismo no século XX.

Deste modo, no plano da política internacional, na medida que se tornavam recorrentes as demonstrações de debilidade da União Soviética, mais se recorria à propaganda, à mistificação e à escamoteação grosseiras, como são exemplos os apelos de defesa do “bastião socialista” e “da pátria dos soviets”.

Todavia, mesmo que os apelos ideológicos e a mitologia stalinista fossem extremamente persuasivos, a crise do movimento comunista internacional se agudizava. Com efeito, o *bureau central* da Internacional Comunista não consegue conter com recursos ideológicos⁹ as forças políticas centrífugas no interior do bloco dito “socialista”, uma vez que as críticas contra a repressão à liberdade política na URSS tornavam-se cada vez mais acerbas.

Vale ressaltar que as críticas aos caminhos trilhados pela revolução soviética não eram totalmente novas. Sabe-se da acerba polémica travada por Rosa Luxemburgo com Lênin. Sabe-se, também, das críticas do bloco conhecido como Oposição de Esquerda. Com as devidas diferenças, todas estas críticas enfatizavam a necessidade da participação ampla e efetiva e livre das massas no processo de construção do socialismo.

Os avanços conseguidos na área econômica e a conseqüente melhoria de vida da população deixou na sombra essas críticas. Mas, um conjunto de fatos relacionados à repressão político-ideológica veio reacendê-las. Especialmente os expurgos de 1936-39, a sistemática repressão aos dissidentes, os campos de concentração, o monolitismo partidário, o impedimento à livre organização, à livre expressão das idéias, etc., a brutal repressão às revoltas nos países satélites e tantos outros fatos que deixaram claro o caráter extremamente repressivo do regime.

Foi exatamente esta contradição entre a socialização da economia e a não socialização do poder político que se tornou o eixo da crítica que levou à configuração da chamada “via democrática para o socialismo”. Partia-se da convicção de que, do ponto de vista econômico, havia, de fato, enormes avanços no sentido da construção das bases materiais do socialismo. Sem embargo das dificuldades, problemas e defeitos. Afinal, a estatização da economia (tanto na cidade quanto no campo) havia eliminado a propriedade privada dos meios de produção. Ao mesmo tempo, o planejamento centralizado pelo Estado evitava a irracionalidade própria do sistema produtivo capitalista. E, além disso, o próprio planejamento permitia orientar a produção no sentido de estar voltada para o atendimento das necessidades básicas da maioria da população. Tudo isso estaria levando à diminuição cada vez mais acentuada das desigualdades sociais. De modo que, nesse terreno, estavam sendo dados passos significativos e positivos na edificação do socialismo.

Reconhecido isso, a comparação, feita tanto pelos dissidentes internos quanto pelos intelectuais mais críticos dos países capitalistas ocidentais, entre a União Soviética e estes últimos países, levava a constatar que faltava algo importantíssimo para o chamado socialismo. Algo que estava presente nos países capitalistas e que não poderia faltar num sistema que se proclamava socialista: o conjunto de franquias democrático-cidadãs. Ou seja, faltava a socialização do poder político, que estava concentrado e era exercido de modo autocrático por apenas um partido.

Como se vê, a crítica não começou por questionar a natureza do socialismo a partir da sua base material. Aceitava, tacitamente, que, nesse domínio, o socialismo se caracterizava pela supressão da propriedade privada, pela estatização da economia, pelo planejamento da economia centralizado no Estado e por uma diminuição progressiva da desigualdade social. A crítica voltava-se para o que estaria faltando, ou seja, para a dimensão da política. O que estaria impedindo a efetiva instauração do socialismo seria esta ausência das liberdades democráticas. Esta ausência, por sua vez, acabava por entrar a própria expansão da socialização da economia.

Deste modo, seria preciso buscar no pensamento de Marx, que se acreditava orientar todo o processo revolucionário, os problemas que teriam levado ao menosprezo pela problemática da política. Daí porque a configuração da “via democrática para o socialismo” tem, como um dos seus elementos fundamentais, a crítica às noções marxistas de política, de Estado, de revolução, de democracia e de cidadania.

Em relação à política, procura-se demonstrar que ela não tem, como pensava Marx, um caráter essencialmente negativo. Recupera-se a concepção aristotélica de política como uma dimensão constituinte da existência humana. E, portanto, como uma dimensão positiva e que acompanhará para sempre a existência da humanidade. Como consequência, a política também existiria numa sociedade comunista. De modo que não faria sentido querer eliminar a política, mas apenas liberá-la dos obstáculos que lhe opõe o capital.

Segundo esta concepção, a política, na verdade, é que funda a sociedade como sociedade. Pois é à política que cabe organizar a “polis”, ou seja, a vida em sociedade. Sem ela, a vida em sociedade regressaria ao estado da barbárie. Este era exatamente o pensamento dos gregos. Mas, e não por acaso, e embora com todas as diferenças, também é este o pensamento dos filósofos modernos quando fazem a distinção entre estado de natureza e estado de sociedade.

Ora, não se pode falar em política sem falar em Estado. Mas, também quanto a isso, a concepção marxiana do Estado como “comitê executivo da burguesia” seria muito limitada. Daí porque seria preciso ampliar essa concepção. Disto surgiu a idéia de que o estado é uma “relação de forças”, uma “arena”. Ele não teria, necessariamente, um caráter burguês. Poderia perfeitamente ser apropriado pelo proletariado e se transformar em Estado proletário!!!! De modo que não se trataria de colocar com objetivo a destruição do Estado, mas a mudança do seu caráter de classe. Toda a estratégia consistiria em apoderar-se do Estado para colocá-lo a serviço da classe trabalhadora. Mas, isso, sempre dentro da legalidade democrática.

O que nos conduz à questão da democracia e da cidadania. Segundo essa concepção, não há uma vinculação essencial entre capital e democracia. A prova disto estaria no fato de que a democracia é muito mais antiga que o capital, pois ela nasceu na Grécia. A democracia, definida como a participação na atividade pública, o que implica, necessariamente, a existência de direitos e deveres, faria parte inseparável da dimensão política. Ora, segundo esses críticos, Marx e os marxistas teriam considerado a democracia e a cidadania como instituições puramente burguesas. Como instituições cuja origem está ligada direta e incindivelmente ao capital finalidade seria servir diretamente à reprodução dele e do indivíduo burguês. Por isso mesmo, na medida que o capital (a propriedade capitalista dos meios de produção) fosse eliminado, também deveriam ser suprimidos esses institutos. É precisamente isto que teria acontecido na revolução soviética.

⁹ No sentido pejorativo do termo.

Em 1956, na Hungria e na Polônia, e em 1968, na Tchecoslováquia, os dissidentes que advogavam a reestruturação do regime soviético, que clamavam por um maior grau de liberdade política e que exigiam que as tropas soviéticas se retirassem dos seus países, são duramente reprimidos pelas unidades especiais do exército e pelos tanques moscovitas, os quais esmagam com sangue o movimento de oposição ao “socialismo real” (CLAUDÍN, 1983: 147-170). Vale dizer que estas demonstrações sanguinárias de autoritarismo colocavam em xeque o sistema político soviético e ampliavam o descrédito do modelo soviético junto aos intelectuais de esquerda e os militantes ocidentais, e ainda colocavam os comunistas do oeste em difícil situação, pois não havia argumentos para justificar o desenrolar dos acontecimentos no leste.

Assim, na sua relação com os partidos comunistas ocidentais, com a redução de sua legitimidade, o PCUS tampouco consegue aplacar a crise e estancar o movimento contínuo de perda de filiados e de espaço político face às melhorias no capitalismo avançado, que modificara o perfil ideológico da classe trabalhadora, e que passa a conviver com a necessidade de novas posturas para não reduzir sua influência no seio desta classe.

De fato, a trajetória dos partidos comunistas europeus em direção à defesa de uma “via democrática para o socialismo” se inscreve no progressivo distanciamento que estes partidos tentaram estabelecer em relação à linha política da burocracia soviética exposta aqui; busca também demonstrar uma posição sistematicamente contra a imposição do PCUS para que os comunistas dos demais países adotassem na política exterior medidas que fossem de interesse do Kremlin.

Neste sentido, passaram a contestar cada vez mais a hegemonia do PCUS sobre o movimento comunista internacional, propondo a “desestalinização” e a democratização da vida interna do partido e da sociedade como um todo, de maneira que os partidos comunistas dos países do capitalismo avançado e dos países satélites no “campo socialista”, discutissem e criassem – cada um isoladamente e tendo em vista as suas particularidades nacionais – suas próprias vias de acesso ao socialismo.

A Primavera de Praga, em 68, o Maio também em 68, na França, a vitória pela via eleitoral de Allende, em 70 no Chile, a aliança entre intelectuais e proletários na Polônia, eram, para os eurocomunistas, indicativos de que a desbolchevização e a democratização seriam caminhos a serem perseguidos, pois correspondiam à vontade da maioria da população além de ter chances reais de êxito na luta anti-capitalista.

Nesse sentido, em 1977, Enrico Berlinguer, secretário-geral do Partido Comunista Italiano e um dos maiores inspiradores da “via democrática”, asseverou em Moscou, por ocasião das comemorações dos sessenta anos da Revolução Russa, que a “democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista” (*apud* COUTINHO, 1980: 20). Assim, o “modelo soviético” não seria mais universalizável, dado que o único fator que seria passível de universalização, na estratégia de transição, seria a democracia. Na verdade, para o eurocomunismo, “a via democrática para o socialismo seria universal” (CLAUDÍN, 1978: 146).

Assim, a concepção mais comum no interior do movimento socialista, até a década de 40, de que a democracia era um valor meramente burguês, começa a ser abandonada pelos eurocomunistas. Vale dizer, que na tradição revolucionária do início do século XX, na contra-corrente dos social-democratas reformistas – que advogavam a construção gradual do socialismo pelo viés da consolidação de institutos democráticos – estava toda uma gama de importantes revolucionários do leste, como Lênin, Trotsky, Bukhárin, e do ocidente, como Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht. Isso significa que nesta tradição revolucionária, a convergência entre socialismo e democracia não possuía o caráter que lhes atribuíam os reformistas. Autores como Lênin e Trotsky viam a democracia mais como um obstáculo do que como uma alavanca para a luta revolucionária. Consideravam a democracia como um instituto burguês, ligado profundamente ao Estado capitalista. “Uma república democrática”, afirmava Lênin em 1917, “é a melhor carapaça possível para o capitalismo; portanto, o capitalismo uma vez assumido o controle dessa excelente carapaça [...] estabelecerá seu poder tão segura e firmemente que *nenhuma* mudança, quer de pessoas, quer de instituições, ou partidos, na república democrático-burguesa, o poderá abalar”.¹⁰

Contudo, como demonstramos, diversos fatores levaram a abalar aquilo que era quase uma petição de princípio.

5.2. Ditadura do Proletariado X Democracia Progressiva.

Como afirmamos acima, toda a estratégia política dos partidos eurocomunistas é montada em confronto com a linha política da burocracia soviética. A desbolchevização e o afastamento do modelo soviético para o socialismo estão na essência do projeto político e da mudança ideológica e teórica a que vão se propor os eurocomunistas e ajuda a explicar a mudança de eixo da centralidade do trabalho para a centralidade da política nessa tendência do movimento socialista.

Portanto, para os eurocomunistas, o caminho para o socialismo deve ser pacífico, gradativo, sem rupturas e, por conseqüência, profundamente democrático. De acordo com tal tese, seria necessário criticar e a eliminar a idéia de que o socialismo poderia ser construído, em todos os países, por intermédio de uma ditadura.

Porém, o eurocomunismo não se limita à oposição que faz ao modelo soviético. Ele se propõe como uma “terceira via”, superando também as práticas dos social-democratas. A falha da social-democracia era creditada ao fato de ela não compreender a contradição existente entre democracia e dominação da classe burguesa, ou seja, não se entender que a classe burguesa é antidemocrática por natureza e por isso está sempre disposta à utilização de todo um leque de medidas autocráticas para impedir que o processo de democratização se conclua. Nesse sentido, Claudín (1978: 86) afirma que:

O pecado original da social-democracia, que se converteu em sua segunda natureza, consistiu em adaptar seu democratismo aos limites toleráveis, em cada conjuntura concreta, para a dominação da burguesia. E esta adaptação era encoberta e justificada ideologicamente atribuindo à burguesia uma vocação democrática que a mesma desmente cada vez que os progressos da democracia põem em grave perigo o sistema capitalista.

A argumentação acima de Claudín é, portanto, de que o problema da social-democracia não reside em ser democrática; mas em ser (*in*)suficientemente democrática e não efetivar sua proposta para além das balizas burguesas.

A via democrática, para os eurocomunistas, seria hoje a única capaz de efetivar um processo de transformação socialista. Este processo exige que “a maioria colocada em situação objetiva de necessitar e compreender o socialismo se transforme em maioria subjetivamente disposta a lutar por sua realização” (CLAUDÍN, *op. cit.*: 148). Para isso não deve restringir sua luta ao sufrágio universal, à mera democracia representativa, ainda que esta também seja necessária.

Os eurocomunistas, tendo à frente os membros do PCI, inspirados nas suas leituras de Gramsci, advogam que a maioria eleitoral deve ser também um bloco histórico organizado e estruturado por um programa e uma estratégia. Porém, como essa maioria

¹⁰ Estado e Revolução, Parte I.

é extremamente heterogênea e contraditória, a conquista de hegemonia¹¹ na sociedade civil seria a partir da transformação de maioria eleitoral em um bloco histórico – ou num novo bloco sócio-político na asserção de Claudín – o que exige “um sistema polimórfico de alianças, relações, convergências: alianças políticas de partidos, as mais amplas, incluindo sindicatos, organizações e movimentos de massas; formas diversas de democracia de base; instituições parlamentares municipais e outras da democracia representativa” (idem: 151).

Segundo Luciano Gruppi, o novo bloco de poder¹² possui uma composição mais ampla do que aquela configuração inicial do bloco histórico, pensada por Gramsci. Para ele, o novo bloco de poder seria composto pela classe operária, pelas pequenas e médias empresas, passando por todos os trabalhadores e pela pequena e média burguesia urbana e rural. E afirma ainda Gruppi – o que torna mais problemática a concepção eurocomunista de socialismo – que este bloco de poder não joga papel importante apenas na luta pelo socialismo como também – pasmem! – é fundamental para a construção do socialismo (Gruppi: 70).

No interior desse conjunto de forças contraditórias que compõem um bloco histórico, o partido político seria a peça-chave para desempenhar uma função de síntese e de reflexão global na busca do consenso e na criação de redes democráticas, podendo propor estratégias e critérios táticos para a luta socialista. Ele seria, conforme o concebia Gramsci, o *intelectual coletivo*, sendo responsável pela mediação e representação do conjunto de forças sociais do bloco e, ao mesmo tempo, estando submetido à pressão e à influência dessas mesmas forças. Ou seja, os partidos dos operários e das outras forças populares, para ser *efetivamente democráticos*, deveriam estar abertos à crítica e ao controle das massas. A partir do momento em que adotasse essa norma programática, possibilitaria conquistar a hegemonia na sociedade civil projetando avanços na socialização da política e colocando os pressupostos para a socialização contínua da economia.

A “via democrática para o socialismo”, como expôs Claudín, se consubstanciaria com a presença desses partidos que, sem esquecer da democracia representativa, aprofundariam a democracia de base, na efetivação de um modelo de socialismo que se adequaria àquilo que chamam de “socialismo democrático”: “*O socialismo será um estado superior da democracia e da liberdade: a democracia levada às suas últimas conseqüências*”. Por sua vez, “*a democracia avançada seria uma espécie de transição para a transição socialista*” (NETTO, 1990: 105). Nesses termos, a esquerda eurocomunista pretendia re-fundar a estratégia para a revolução, propugnando que – como reza um aclamado documento do Partido Comunista Italiano – “a democracia não é *um* caminho para o socialismo, mas sim o caminho para o socialismo”.

O “socialismo democrático” seria, pois, um espaço de aperfeiçoamento indefinível, na medida em que ele traria como fundamento essencial, além da socialização da economia, a dilatação contínua e crescente da socialização da política. Admite-se, a partir daí, que as conquistas democráticas, em curso em nossos dias, já estariam nos conduzindo para a ordem societária emancipada, livre das contradições e desigualdades próprias da sociabilidade do capital. É neste sentido que Carlos Nelson Coutinho, cientista político brasileiro extremamente afinado com as concepções eurocomunistas, advoga que na atual ordem social já estão em curso ganhos democráticos efetivos para o processo de transição e assim seria um equívoco afirmar que um “novo patamar no processo de democratização só possa se manifestar, em todos os seus aspectos, após a plena conquista do poder pelos trabalhadores” (COUTINHO, 1992: 22). O campo democrático não seria apenas o *locus* privilegiado, para o qual as lutas da classe trabalhadora pela superação do capital deveriam ser dirigidas. Seria também o espaço onde o mundo social se aperfeiçoaria indefinidamente.

Para tanto, toda a estratégia política dos partidos eurocomunistas é montada em confronto com a linha política da burocracia soviética. A desbolchevização e o afastamento do modelo soviético para o socialismo estão na essência do projeto político e da mudança ideológica e teórica a que vão se propor os eurocomunistas e ajuda a explicar a mudança de eixo da centralidade do trabalho para a centralidade política nessa tendência do movimento socialista.

Não é preciso muito esforço para perceber que a trajetória dos partidos e agrupamentos de esquerda que trilharam a “via democrática para o socialismo” foram, de passo em passo, abandonando, de modo cada vez mais amplo e profundo, a perspectiva revolucionária e se tornando partidos tipicamente burgueses. No afã de demarcar claramente sua distância do chamado “socialismo autoritário” e de demonstrar sua plena conversão aos valores democráticos, foram diluindo cada vez mais a idéia de socialismo, até chamá-lo apenas de “democracia sem fim”. O resultado disso é que toda a luta da classe trabalhadora, mesmo quando se trata de luta no interior da fábrica, tem o seu eixo posto no parlamento e assim será travada no campo e pelas regras estabelecidas pelas classes dominantes. É isto o que aconteceu com todos os partidos comunistas e com todos os partidos que adotaram essa via.

6. Conclusão

Como se pode ver, ao longo desse trabalho, a trajetória da esquerda, nos últimos cento e cinquenta anos, ainda que com momentos de forte impulso revolucionário, seguiu um caminho cada vez mais reformista. E a essência desse caminho foi o deslocamento da centralidade do trabalho para a centralidade da política. Vale dizer, o abandono do trabalho e conseqüentemente das lutas nucleadas e orientadas pela perspectiva do trabalho em sua oposição ao capital e a concentração de todas as lutas no parlamento e no Estado.

É fácil compreender essa transformação quando se trata da social-democracia. Mais complexa é a trajetória que levou todas as tentativas de superar revolucionariamente o capitalismo a contribuir para a continuidade desse mesmo sistema social.

De fato, a social-democracia foi, ainda que aos poucos, abandonando claramente a perspectiva de superação revolucionária do capitalismo. Bastaria, segundo ela, que a classe trabalhadora, muito mais numerosa do que a classe burguesa, fosse conquistando o poder do Estado para, através dele, promover, gradualmente e sem ferir a ordem democrática, as transformações sociais que desembocariam numa sociedade socialista. Deste modo, passou a atribuir à dimensão política, que para Marx realizaria apenas as tarefas negativas, a condução positiva do processo de construção do socialismo. Não se trataria, então, de destruir o Estado, mas de apoderar-se dele e colocá-lo a serviço dos interesses da classe trabalhadora.

O caminho da revolução soviética (protótipo de todas as tentativas de retomar o projeto revolucionário) pretendia, claramente, ser uma crítica teórica e prática à via reformista da social-democracia. Vimos como Lênin, especialmente no livro *O Estado e a Revolução*, começa por fazer uma síntese das concepções de Marx e Engels acerca da problemática do Estado.

Certamente já é sintomático que a síntese se refira apenas à questão do Estado e não também à do socialismo. O objetivo, claramente expresso, era o de opor a concepção revolucionária de Marx e Engels à concepção reformista de Bernstein e Kautski. Tratava-se de deixar claro que a origem e a natureza do Estado estão inseparavelmente ligadas às classes sociais e que, portanto,

¹¹ Dois importantes estudos sobre o conceito gramsciano de hegemonia, adotado pelos eurocomunistas, estão em Anderson (2002) e Mandel (1979).

¹² Gruppi denomina bloco de poder o mesmo grupo chamado por Claudín de bloco sócio-político.

sua função social essencial é a defesa dos interesses das classes dominantes. Por isso mesmo, sempre segundo Marx e Engels, o Estado desapareceria na medida que a propriedade privada fosse extinta.

Lênin tem, ainda, o cuidado de enfatizar que, no período de transição entre o capitalismo e o comunismo, o aparelho político, do qual a classe trabalhadora terá necessidade para reprimir as investidas da classe burguesa e organizar a produção e a distribuição da riqueza, já não seria um Estado propriamente dito, mas o conjunto da classe trabalhadora organizada. Por isso mesmo, esclarece que há uma enorme diferença entre a forma de desaparecimento do Estado burguês e desse “Estado” socialista. O primeiro seria realmente destruído, portanto, seria extinto por um processo político. O segundo, ao contrário, feneceria, isto é, iria se extinguindo pela falta de função social a ser exercida, uma vez que as classes sociais já não existiriam.

Se Lênin tivesse feito uma síntese do pensamento de Marx e Engels sobre a questão do socialismo, certamente teria incluído a passagem, da *Ideologia Alemã*, em que aqueles autores afirmam que um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas seria condição imprescindível para a construção de uma sociedade comunista. Porém, mesmo que ele não tenha feito referência expressa a isto, podemos tranquilamente supor que estas idéias não lhe eram desconhecidas.

Como se sabe, a derrota da revolução na Alemanha deixou os revolucionários russos diante de uma tarefa que a eles pareceu muitíssimo difícil e que, na verdade, era impossível de ser realizada, qual seja, a da construção do comunismo sem o alto grau de desenvolvimento das forças produtivas que seria necessário. Face a isto, não lhes restou outra saída a não ser lançar mão do Estado, não de um Estado em extinção, mas de um Estado propriamente dito, para, por meio dele, organizar tanto a defesa dos interesses da classe trabalhadora como o desenvolvimento das forças produtivas.

É evidente que esse caminho contrariava o que tinham dito Marx e Engels. As duas teorias – a de Marx e Engels e a dos revolucionários soviéticos pós-revolução – não poderiam estar certas. Uma excluía a outra. A história mostrou que a teoria de Marx e Engels estava certa.

Com efeito, a inexistência de um intenso desenvolvimento das forças produtivas impossibilitava a instauração do trabalho associado, condição indispensável para o comunismo. Por sua vez, a impossibilidade de organizar a produção sob a forma do trabalho associado tornava inviável a supressão da propriedade privada e, como consequência, inviabilizava o fim do Estado. O Estado burguês típico foi, de algum modo, quebrado, mas em seu lugar não pode surgir o “Estado proletário”, ou seja, a classe trabalhadora organizada como uma Comuna. Assim como o capitalismo, na sua forma típica (a propriedade privada, a concorrência), foi suprimido, também o foi o Estado na sua forma burguesa típica. Mas, no lugar do capitalismo típico e do Estado burguês típico surgiram duas novas formas que não deixavam de repor a sociedade de classes.

Certamente, o processo de constituição dessa nova forma social foi extremamente complexo. Porém, o fato é que, do ponto de vista da produção, continuou a existir a separação entre os produtores e os proprietários dos meios de produção (estes últimos, a burocracia que se formou ao redor do Estado), que está na essência do capitalismo. Com isto, não se extinguiu, de fato e pela raiz, a propriedade privada, mas apenas a sua forma imediata.

Ora, como consequência inevitável, ao Estado capitalista típico sucedeu um aparelho de Estado que era formalmente um “Estado proletário”, mas, realmente, cumpria a função essencial do Estado, ou seja, a de ser um instrumento de expropriação da riqueza produzida pela classe trabalhadora. Como vimos, esse caminho leva, necessariamente, a uma ditadura não sobre a classe burguesa, mas sobre a classe trabalhadora, porque é esta que produz a riqueza (e esta ainda precisa ser produzida para chegar à abundância necessária ao comunismo).

Mas, além disso, era preciso justificar teoricamente o caminho que estava sendo percorrido. Era preciso interpretar a teoria marxiana de modo a fazer com que a prática que estava se desenvolvendo parecesse demonstrar ser a exata comprovação daquela teoria. É a interpretação do pensamento de Marx que veio a se chamar “marxismo-leninismo”. As concepções de história, de socialismo, de comunismo, de Estado, de partido, etc., todas elas sofreram uma interpretação que se adequasse às novas finalidades. Em especial, à finalidade de sustentar a idéia de que, na União Soviética, estava sendo construído o socialismo sob a direção do “Estado proletário”, do “Estado da classe trabalhadora”.

Deste modo, foi transformado em modelo universal (seguido por todas as outras tentativas de revolução socialista) o caminho de “tomar o Estado para fazer a revolução socialista”. E, com isso, a tomada do Estado se transformou em objetivo da revolução. Pois, se as transformações sociais deviam ser feitas por intermédio do Estado, nada mais óbvio que a questão revolucionária estivesse centrada nele. Por sua vez, essa tomada do Estado estava intimamente ligada à existência de um partido que seria o legítimo e único representante da classe trabalhadora. Então, partido e Estado se confundiram, expressando, ao nível do poder político a mesma separação entre os que pensam e os que executam que continuava existindo no âmbito da produção.

A crítica a esse caminho revolucionário, que foi chamado de “socialismo real”, pretendia resgatar o caráter autenticamente libertário do socialismo. Contudo, ao invés de começar, de acordo com o que é preconizado pelo método materialista-dialético, pela análise das bases materiais, concentrou-se nos aspectos superestruturais, especialmente nos jurídico-políticos. Segundo esta crítica, a revolução socialista, que deveria construir uma sociedade mais igualitária e livre do que a sociedade capitalista ter-se-ia desviado, teria sofrido uma série de extravios e deformações e estes extravios e deformações teriam sido causados pelas decisões tomadas pelo partido bolchevique e, em especial por Lênin e, sobretudo, por Stalin. Deste modo, uma revolução de caráter profunda e nitidamente libertário teria se transformado em uma revolução ditatorial.

Contrariando o método materialista-dialético de Marx, a causa fundamental desses desvios e deformações não era buscada no campo de possibilidades posto pela base material, mas nas concepções existentes na cabeça dos homens. Assim, a concepção estreita de Estado, os equívocos acerca da idéia de revolução, de política, de democracia de cidadania de direitos humanos, etc. teriam sido, no fundo, os responsáveis fundamentais pelos desvios e deformações da revolução soviética. Acresce a isso o fato de que todas as revoluções do leste europeu tinham acontecido em países atrasados e onde a sociedade era bem menos complexa do que nos países ocidentais. Por isso mesmo, nesses últimos seria impensável seguir o caminho revolucionário trilhado pelas revoluções anteriores. As próximas revoluções, a serem desencadeadas nos países mais desenvolvidos, deveriam seguir um caminho democrático e ter um caráter socialista, mas só poderiam ser autenticamente socialistas se fossem autenticamente democráticas. Daí porque foi necessário fazer a crítica das concepções marxianas acerca do Estado, da política, da revolução, da democracia, da cidadania, dos direitos humanos, etc., atribuindo a estas dimensões um caráter de universalidade que lhes seria negado naquela concepção.

A esquerda democrática eurocomunista adota, assim, como pressuposto a idéia de que o liame entre socialismo e democracia traria como consequência a construção de uma sociedade mais livre e mais justa. Deste modo, o “socialismo democrático” conformaria, portanto, uma ordem social de onde estariam eliminados todos os entraves colocados pela lógica mercantil ao pleno desenvolvimento do gênero humano. É a partir dessa ordem livre das amarras mercantis que as objetivações democráticas assumiriam plena vigência e proporcionariam um espaço social mais humano.

Essas afirmações nos levaram a questionar a pertinência da tese de “socialismo democrático” e a desfazer criticamente o nexos entre socialismo e democracia. Vimos que aquela alternativa coloca o problema da relação entre socialismo e liberdade no terreno da política, conferindo a esta categoria um lugar central na constituição da realidade social. Ao colocarmos a ênfase na

centralidade do trabalho, intentamos mostrar que uma postura crítica em relação àquela teoria deve fundar a questão da liberdade plena, portanto, para além do horizonte da democracia e da cidadania, pois deve ter em mira a consolidação da liberdade a partir da interatividade social no processo de autoconstrução humana consciente, apenas permitido como base no trabalho associado.

Assim, a liberdade política, advogada pelos eurocomunistas, apesar de ser uma forma superior de objetivação da liberdade, comparada com as formações sócio-políticas que a precederam, é ainda estreita e limitada, sendo ainda típica do mundo do capital. No mesmo diapasão, o modelo de socialismo, que os eurocomunistas propõem e defendem em seus documentos, é aquele de um socialismo democrático, isto é, centra-se na idéia de que o “socialismo é um estado superior da democracia e da liberdade; a democracia levada às suas últimas conseqüências”. A partir deste ideário vêem como construção do socialismo a aceitação da forma possível e limitada de liberdade na moldura imposta pelo mundo do capital, qual seja, a liberdade política.

Chasin critica e acrescenta que (2000a, p. 125), “Liberdade típica do mundo do capital, a liberdade política é a liberdade parcial e unilateral do homem, e por isso mesmo a plena liberdade do capital – da propriedade privada, categoria inerente à mônada que se verga sobre si mesma, e que se obriga a morrer sobre si própria em idêntico isolamento”.

É nesse sentido que, tanto democracia como liberalismo, se configuram como objetivações particulares de liberdade. A esse respeito, Chasin (2002b: 205) advoga, sempre fundado em Marx, que liberalismo e democracia são

Formas organicamente articuladas e complementares de liberdades diversas, ou seja, o liberal-democrático é uma unidade do diverso, e só enquanto tal se afirma como existência efetiva, não importando que na gênese histórica que a concretiza os vetores que a integram tenham seguido a tendência do desenvolvimento desigual e combinado.

Devemos insistir que uma análise de fundo equivocada lastreia a tese do não-vínculo entre democracia e liberalismo, e é essa mesma análise que abre o caminho para a mudança do eixo das lutas sociais. Estamos nos referindo à idéia, na concepção da esquerda democrática, de que o socialismo, de certo modo, se realizava nas experiências socialistas – sobretudo no campo da economia, mediante a consolidação das bases econômicas para a igualdade –, assim o desvio de rota dava-se no que tange aos mecanismos garantidores da explicitação das liberdades. Em outras palavras, para defender a conjunção do socialismo com a democracia, a esquerda moderna toma como metro a contrafação realmente existente do socialismo. Outrossim, a incompreensão da função e da essência da democracia acaba por levar ao deslizamento constante para o campo do liberalismo. Em vez de tomar como parâmetro um simulacro, a esquerda deveria, estribada na compreensão dos parâmetros ontológicos do devir humano – parâmetros esses que não são meras construções ideais, mas abstrações arrancadas da própria realidade – utilizar como medida a natureza própria do socialismo, não entendido especulativamente, mas como superação radical da sociabilidade do capital, fundada no trabalho associado.

Mas vale novamente demarcar, que a categoria determinativa do socialismo é a liberdade. Não aquela liberdade abstrata, a liberdade de pensar diferente, tampouco a liberdade que se manifesta nos instrumentos políticos, como a democracia e a cidadania. O que se busca com a resposta radicalmente libertária do socialismo revolucionário é a centralização da questão da liberdade na liberdade *tout court*, na liberdade como autodeterminação, como processo consciente e planejado de autoconstrução social. No socialismo as forças estranhadas são subjugadas e quem conduz o evoluir do processo de edificação do homem é o próprio homem livre. Mas para que isso ocorra, é necessário que exista: um alto gradiente de desenvolvimento tecnológico; a redução abrupta do tempo de trabalho socialmente necessário para produção, com condições de estabelecer o tempo livre como socialmente predominante; a extinção do trabalho assalariado e a instauração do trabalho emancipado; bem como a substituição definitiva do valor de troca pelo valor de uso. Não é outro o sentido dado por Chasin (2000b: 207-208, quando escreve que

A democracia, não por constituir a forma de liberdade originária da sociabilidade do capital, mas por ser a *forma acabada da liberdade limitada*, tem de ficar para trás, quando se trata de ampliar ou expandir, de dar prosseguimento à edificação da própria liberdade. Tem de ser ultrapassada como desobstrução da rota que conduz a níveis mais elevados de liberdade ou emancipação. Caminho que não é, nem pode ser, a dilatação da liberdade política, uma vez que esta – a democracia – é a sua forma final; ou seja, não há, *politicamente*, um para além da democracia, ao mesmo tempo que ela é uma figura que estaciona no aquém da *forma ‘final’* da liberdade. Ou seja, é uma forma particular de liberdade, homóloga à particularidade do modo de produção do capital, e, enquanto tais, formas transitórias de produção e liberdade. A questão, por conseguinte, não se delucida pelo aumento impossível da quantidade de liberdade política, mas somente se resolve no terreno de uma nova qualidade de liberdade, em um salto de padrão em matéria de liberdade.

Com a edificação da sociedade sobre os pilares da liberdade concreta, no socialismo, torna-se sem sentido defender formas particulares e limitadas de liberdade. Os mecanismos particulares de liberdade como a cidadania, a democracia, além de conceitos como mercado e capital, perderão sua razão de ser, tornando-se expressões arcaicas e obsoletas, isto é, ficando para o museu de entulhos da história, como estão hoje o machado de bronze e as sociedades escravistas.

Mas a elevação do patamar de liberdade exige a extinção da própria sociedade civil, mediante o estabelecimento da verdadeira comunidade humana, o momento real da efetiva interatividade entre os homens ativos. Como afirmou Marx, na *Questão Judaica*, a emancipação humana requer, para que seja plena, que o homem real e individual tenha em si o cidadão abstrato, que o homem individual, na sua vida empírica, prática, seja imediatamente um ser genérico, e que tenha “reconhecido e organizado as suas próprias forças (*forces propres*) como forças *sociais*, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política” (MARX, 1993, p. 63).

Em suma, a resolução, no terreno da política, do problema da liberdade acentua a relação do indivíduo com o poder, propugnando a fragmentação e difusão do político no corpo da sociedade, permanecendo assim no âmbito da comunidade abstrata, isto é, na congregação de cidadãos, os quais reafirmam suas liberdades individuais e abstratas sem constituírem a si mesmos, nem à comunidade real, e por isso mesmo permanecendo na liberdade unilateral, limitada e parcial do mundo do capital.

Quando a ênfase é posta no processo de autoconstrução social a partir da edificação de um patamar superior da liberdade, ou seja, quando o problema é repostado sobre as bases da interatividade dos próprios homens revela-se, segundo Chasin (2000b: 210)

o *locus* real da constituição da liberdade e de todas as suas vicissitudes. Universo intensiva e extensivamente infinito, cuja produção por excelência é o próprio homem. Vale dizer, é da ação dos homens entre si que nasce o *humano* e a *humanidade* (por mais contraditoriamente que isto se faça), e a

liberdade é a possibilidade e o ato dessa efetuação, ou seja, a atualização do ser autoconstituente, a perpétua auto-elaboração do homem humanamente em expansão.

Portanto, processo infinito na infinitude das interações, onde cada ação só é, pela ação dos outros, de modo que para cada indivíduo os *outros homens* não são o limite, mas a *realização* de sua própria liberdade. Em outros termos, a realização da liberdade não se dá fora ou contra a comunidade real dos homens concretos, não se efetiva na mônada auto-enclausurada, mas, isto sim, tem por fundamento a relação do indivíduo com o seu gênero.

Dito de outra forma, a superação da liberdade para além da liberdade pública, faz com que a liberdade seja refundada na cotidianidade, onde os indivíduos passam a compreender e a reger conscientemente a forma societária que os constitui e que é por eles constituída. A liberdade plena está, portanto, para além da questão da cidadania e das equações democráticas, pois tem em mira sua consolidação no grau em que põe a possibilidade da autoconstrução dos homens. Concluímos com Chasin (2002a : 126-127) que essa refundação significa centrar as energias para estabelecer que

pela potência onímoda da lógica do trabalho, difundida por toda enervação da convivência, o indivíduo recuper[e] em si mesmo o cidadão abstrato, não mais separ[e] de si força social sob a forma de força política, reconhe[ça] e organiz[e] suas próprias forças como forças sociais, de modo que convert[a], por tudo isso, na vida cotidiana, no trabalho individual e nas relações individuais, em ser *genérico*, em individuação atual pela potência de seu gênero. Ou seja, viver cotidianamente em liberdade é viver em autoconstrução, em revolucionamento, porque é efetivar a existência na e através da comunidade interativa dos homens. Numa palavra, ser livre é ser socialmente humano ou, o que é o mesmo, humanamente social, como indica a X Tese *Ad Feuerbach*.

Mas, para não correremos o risco de jogarmos fora a criança junto com a água do banho, é necessária a pergunta: no atual momento da barbárie da dominação do capital sobre o trabalho e toda plethora de miséria que é corolário dessa dominação, o que se pode fazer com a idéia e a prática da democracia? A resposta não poderia ser outra: devemos tomá-la como mediação política, como instrumento de combate, de modo que sua verdade só pode ser a verdade da exclusão de uma das alternativas: “ou [d]a conhecida *verdade liberal dos proprietários* ou então [d]a *verdade possível dos trabalhadores* que neguem a placenta do capital” (CHASIN, 2000a : 98). Deve ser retomada não a impondo como limite e como norte, mas como verdade que almeja a emancipação real e global, ou seja, que tem a justa consciência de que “a propositura de uma democracia do trabalho, para hoje, só ultrapassa a esfera da pura idealidade quando tem por fundação e virtualidade a *soberania dos trabalhadores*, reconhecida para a linha do horizonte do amanhã” (Idem, ibidem: 100).

Vemos, então, que por caminhos diferentes daqueles trilhados pelas revoluções de tipo soviético, a via democrática (que incluía o socialismo democrático) também colocava (e ainda coloca) como objetivo fundamental a tomada do poder do Estado, não para destruir o poder burguês e preparar as bases para a extinção do próprio Estado, mas para, por intermédio deste, realizar as transformações sociais em direção ao socialismo. A diferença entre estas duas vias estava em que na “via soviética” o Estado ainda era concebido como tendo um caráter de classe, ao passo que na “via democrática” ele seria apenas uma “arena de lutas”, um “campo” a ser disputado pelas classes sociais. Deste modo, tanto poderia ser controlado e posto a serviço dos interesses da burguesia como da classe trabalhadora.

Há uma diferença enorme entre as concepções de Marx, dos revolucionários soviéticos e dos defensores da via democrática acerca de revolução, Estado, socialismo, política e democracia.

Para Marx, revolução (comunista) significava a articulação de dois momentos: a quebra do poder político da burguesia (momento político) e a efetivação da transformação social pela instauração do trabalho associado (momento social). Dois momentos necessários, mas sendo, sem nenhuma dúvida, o segundo a parte fundamental e positiva na construção de uma ordem social comunista.

Para os revolucionários soviéticos, revolução passou a ser a tomada do poder para, por meio dele, realizar as transformações econômicas, políticas e sociais que levariam ao comunismo. Portanto, ao Estado caberiam as tarefas positivas na construção do socialismo.

Para os defensores da via democrática, revolução passou a ser um processo lento e gradativo de apoderar-se do poder, primeiro na chamada “sociedade civil” e depois no próprio Estado para, também deste modo, promover transformações sociais em direção a uma sociedade mais justa, mais livre e mais igualitária.

Quanto à concepção de Estado, já vimos que, para Marx, este tinha, em sua essência, um insuperável caráter de classe. Existiria Estado enquanto existissem classes sociais. Por isso mesmo, o Estado burguês teria que ser destruído e o “Estado proletário” se extingiria por falta de função social.

Para os revolucionários soviéticos o Estado continuava a ter um caráter de classe, mas este caráter poderia ser mudado, transformando-se de burguês em proletário. Daí porque a problemática da sua extinção já não era mencionada ao longo da revolução soviética. Pelo contrário, na luta contra a classe burguesa, havia necessidade de torná-lo cada vez mais forte.

Já, para os defensores da via democrática, o Estado perdia, praticamente, o seu caráter de classe, podendo tornar-se um simples instrumento a serviço de qualquer classe e, na verdade, a serviço de toda a sociedade.

Mas, é certamente na concepção de socialismo que as diferenças se tornam ainda mais gritantes.

Par Marx, socialismo (=comunismo) implicava, necessariamente uma mudança radical na forma do trabalho. Pelo simples fato de que, para ele, o trabalho era o fundamento de qualquer forma de sociabilidade. Por isso mesmo, uma forma de sociabilidade comunista só poderia ter por fundamento uma forma de trabalho que eliminasse, pela raiz, a exploração do homem pelo homem, a propriedade privada e, portanto, as desigualdades sociais. Só esta base material poderia permitir à humanidade conviver com a abundância, base indispensável para a construção de uma forma de sociabilidade efetivamente livre, justa, igualitária e humana. A esta forma de trabalho, o mais livre possível, ela chamou de “livre associação dos produtores livres”, ou de “trabalho associado”. Sem esta mudança radical na forma do trabalho seria, absolutamente impossível, segundo ele, sequer caminhar no sentido do comunismo, quanto mais atingi-lo.

Para os revolucionários soviéticos, no entanto, socialismo passou a significar “socialização da economia”, ou seja, a supressão da propriedade privada, a passagem para as mãos do Estado, que supostamente representava os interesse da classe trabalhadora, do controle da economia e a organização da produção de forma a atender os interesses básicos da maioria da população. O comunismo chegaria quando esta socialização estivesse plenamente concluída. É bom lembrar que a entrada em vigor do comunismo foi proclamada pelo próprio Stalin, após concluir que a etapa da transição (denominada socialismo) tinha sido concluída.

Por sua vez, os defensores da via democrática tinham detectado na falta de “socialização do poder político” (democratização) a causa fundamental dos desvios e deformações das revoluções de tipo soviético. Esta falta de “socialização do poder político” era vista, inclusive, como responsável pelos entraves postos a um aprofundamento da “socialização da economia”, que teria resultado na transformação das revoluções socialistas em um “socialismo autoritário”.

Daí a ênfase na problemática que gravitava ao redor da questão da “socialização do poder político”: Estado, política, democracia, cidadania, direitos humanos. Contraopondo-se àquele “socialismo autoritário”, que também passou a ser chamado de “socialismo real”, buscaram acentuar a necessidade de o socialismo ser democrático, donde se estruturou a concepção de “via democrática para o socialismo” e de “socialismo democrático”. A “via democrática” para o socialismo já não era concebida como **um caminho**, mas como **o caminho** para o socialismo. Por sua vez, o socialismo passou a ser confundido com o aprofundamento da democracia, uma “democracia sem fim”, como diz Boaventura de Souza Santos.

Como se pode ver, por caminhos diversos e com discursos diferentes, tanto a via social-democrata quanto a via democrática tiveram o mesmo resultado: deslocar – teórica e praticamente – o eixo da luta social do campo do trabalho para o campo da política.

Vale salientar que não se tratou de uma “traição”, de uma “conspiração de forças reacionárias”, de um movimento intencional. Foi o resultado da relação entre a realidade objetiva e as intenções subjetivas, em cada momento histórico, mas sempre com a determinação fundamental da primeira. A realidade objetiva – ela mesma sempre resultado condensado das ações dos próprios indivíduos singulares – oferecia um campo de possibilidades. À subjetividade (indivíduos, partidos, outros grupos sociais) coube a responsabilidade de decidir quais dessas possibilidades seriam assumidas. A determinação da realidade objetiva manifesta-se claramente no fato de que as possibilidades não eram ilimitadas. No caso de que estamos tratando, no interior do campo posto pela realidade objetiva inexistia a possibilidade de caminhar no sentido de uma sociedade comunista. Excluída esta, a forma como os problemas seriam enfrentados certamente variaria – basta ver as diversas tentativas (soviética, chinesa, cubana, etc.), - mas nenhuma delas caminharía no sentido do socialismo.

O efeito mais terrivelmente negativo, que ainda hoje conforma poderosamente toda a teoria e a prática da ampla maioria dos que se dizem de esquerda, foi o rebaixamento do horizonte da luta da classe trabalhadora e de outras lutas conexas e o seu conseqüente desnorreamento. Teórica e praticamente, esta luta foi centrada na intensificação da democracia e da cidadania, como se, por este caminho, se pudesse superar a desigualdade social. Este caminho levava a privilegiar a participação política das massas no interior da ordem democrática e mantendo-se nos limites do jogo nela estabelecido. Isto significava a aceitação, como algo insuperável, da existência de partidos políticos, da alternância no poder (e, portanto, da existência do poder) e do não questionamento radical da ordem social capitalista. Conseqüências necessárias: a burocratização dos partidos de esquerda (incluindo as formas e as deformações burguesas típicas de fazer política), a transferência do protagonismo das massas para os partidos, submetendo aquelas aos interesses eleitorais partidários e o centramento de todas as lutas sociais no âmbito do parlamento e do Estado.

Ao situar-se neste campo, a esquerda foi perdendo cada vez mais a sua especificidade própria. Esta define-se, necessariamente, como tendo por núcleo a superação radical do capital, com todas as suas conexas categorias. Como não existe outra alternativa a não ser a sua manutenção, não importa sob que forma, e esta manutenção significa a perpetuação da exploração do homem pelo homem, a esquerda, com receio de ser tachada de autoritária, anti-democrática, dedicou-se com afinco a buscar a “quadratura do círculo”, ou seja, a construção de uma sociedade justa, livre e igualitária sem uma ruptura radical com o capital.

É sintomático que se tenha passado a falar em sociedade mais igualitária, mais justa e mais livre e não simplesmente em sociedade igualitária, justa e livre. Esta pequena mudança no discurso faz toda a diferença. Pois, uma sociedade mais igualitária, mais justa e mais livre pode ser alcançada, ainda que localizadamente, sob a regência do capital. Porém, simplesmente igualitária, justa e livre só é possível com a superação radical do capital. A questão é que nas duas proposições os termos mudam completamente de sentido. Na primeira, eles permanecem no interior do campo da política. Basta ver que liberdade significa liberdade do indivíduo isolado e em oposição aos demais (a liberdade da iniciativa privada). Na segunda, eles se deslocam para o campo social. Neste, a liberdade significa o “domínio livre, consciente e coletivo” dos produtores (neste caso, todos os homens, mesmo que de formas diversas) sobre o processo de produção (que é o fundamento) e sobre o conjunto do processo social. Esta liberdade não coloca os indivíduos em oposição uns aos outros, mas em união, pois implica, como dizia Marx, que “a minha liberdade exija a realização da tua liberdade”.

Esse deslocamento da centralidade do trabalho para a centralidade da política teve outro efeito extremamente perverso para a luta dos trabalhadores. Ao situar a crítica às tentativas revolucionárias (de tipo soviético) no campo da política, ignorando a radical novidade da perspectiva instaurada por Marx, que tem no trabalho (ontologicamente entendido) a categoria fundante do ser social, a esquerda passou a ter como pano de fundo de toda a discussão teórica e de toda a prática política uma posição completamente equivocada. Ao invés de fazer a crítica a partir da raiz do ser social, que é o trabalho, buscou as causas do fracasso das tentativas revolucionárias no campo da política. E até a problemática da economia era e é vista sob essa ótica. E, ao invés de concentrar o seu esforço principal – embora não único nem exclusivo – nas lutas extra-parlamentares num enfoque radicalmente anti-capitalista (evidentemente, adaptando isso a cada momento histórico), ela passou a orientar todas as lutas no sentido de desembocar no parlamento.

Alguns teóricos desta esquerda, a exemplo de Carlos N. Coutinho, propuseram chamar esta orientação de “reforma revolucionária”. Pretendem, com isto, deixar claro que não se trata de abandonar a perspectiva de superação do capitalismo. E que se trata de articular a realização de reformas com a perspectiva da revolução. O resultado, porém, como evidenciado emblematicamente, na pátria dos criadores da “via democrática” – a Itália – é que, na prática, o caráter reformista acaba se impondo completamente, sobrando para o aspecto revolucionário – quando algo ainda sobra – apenas um discurso vazio e descolorido.

E esta posição equivocada se resume exatamente nas palavras “via democrática para o socialismo e “socialismo democrático”.

Pode parecer que a ênfase na centralidade do trabalho possa significar um menosprezo pela dimensão política da luta social. Gostaríamos de sublinhar que não se trata, de modo nenhum, disto. Não se trata de estabelecer uma dicotomia entre a dimensão do trabalho e a dimensão da política. Trata-se de apreender, **no plano ontológico**, a sua correta articulação. Neste caso, não se trata de uma valorização, mas de constatar como as coisas são. E, neste nível, nenhuma dúvida é possível. O trabalho, como exposto anteriormente, ocupa a posição fundamental. Mas, como já vimos, o desenvolvimento da luta na dimensão da política é imprescindível para a efetivação do conjunto das tarefas revolucionárias. E, neste caso, é perfeitamente possível que, num determinado momento concreto, a luta no interior e a partir desta dimensão tenha um papel preponderante. Em resumo, a centralidade do trabalho significa apenas – e isso é de imensa importância – que é esta dimensão e não da política que deve ser o eixo da luta revolucionária.

Para finalizar, vale dizer que permanecer, neste início de século, defendendo uma luta social que não transcende os marcos democráticos é um equívoco de monta, visto que estamos submersos em uma crise estrutural que atinge os dois pólos antagônicos da sociedade moderna: o mundo do capital e o mundo do trabalho. Esta crise torna patente o movimento intenso do capitalismo na utilização dos progressos tecnológicos – que constituem, do ponto de vista do trabalho, objetivamente, uma das condições para a emancipação humana – para se buscar novos ganhos de produtividade e lucro. Nesse processo ocorre um paradoxo, conforme

assevera Secco (1995: 55) “é o fato de que no máximo do avanço técnico se conviva com o aumento de jornadas de trabalho e a ressurreição de formas antediluvianas de exploração da força de trabalho”. O que convalida a análise de Mészáros (1996: 83):

Para o trabalho, a obtenção de concessões se dá ao preço de ser tangido para o quadro da constante redução do montante de *trabalho necessário* requerido para assegurar a continuidade do processo de reprodução capitalista, sem, todavia, conquistar de modo algum o poder de tornar aceitável a legitimidade (e a necessidade) de organizar a produção de acordo com o princípio do *tempo disponível*: única salvaguarda viável a longo prazo contra a sujeição à extrema penúria e indignidade do *desemprego em massa*. E o capital, por outro lado, obtém êxito em transformar os ganhos do trabalho em seu próprio lucro e auto-expansão dinâmica, ao implacavelmente elevar a *produtividade* do trabalho, sem entretanto encontrar solução adequada para as crescentes complicações e perigosas implicações da *superprodução crônica*, que prenunciam seu colapso final como modo socialmente viável de reprodução produtiva.

Dois problemas se tornam evidentes a partir desta citação. De um lado, que o capital “mesmo na sua forma mais avançada negligencia miseravelmente a espécie humana” (MÉSZÁROS, 1999, p. 59). A riqueza de indivíduos singulares converte-se na miséria, na ruína da maioria. De outro lado, que a classe trabalhadora, ao adotar medidas combativas ou defensivas dentro da ordem de reprodução societária capitalista, submete-se ao jugo implacável do capital e de sua busca constante da diminuição do tempo de trabalho necessário, como imperativo da sua *auto-expansão dinâmica*, sem que essa diminuição do tempo de trabalho necessário, é claro, se transforme em tempo livre, no reino da liberdade, como na assertiva de Marx (1974) para a sociedade comunista.

Centrar a luta para a libertação da classe trabalhadora na direção das conquistas de direitos políticos e sociais, como defende a “via democrática para o socialismo”, sem articulá-las com a negação radical da ordem do capital e a luta revolucionária para instauração da lógica do trabalho, é exigir das massas uma conduta meramente defensiva, posto que tais conquistas apenas são absorvidas quando permitem serem integralizadas ao *sistema de controle metabólico do capital*, como foi o caso do “compromisso fordista” e como corre o risco de se tornar a prospecção do “socialismo democrático”.

É nesse quadro que se encontra a necessidade de se construir a *sociedade humana ou a humanidade social (menschliche Gesellschaft oder gesellschaftlichen Menschlichkeit)*, nos termos da X Tese Ad Feuerbach, com o fim do trabalho assalariado, fetichizado e estranhado (*Entfremdung*), ou seja, da subsunção do trabalho vivo à lógica do trabalho morto. Este imperativo é colocado *vis-à-vis* do movimento operário.

Esta tarefa, sabemos, possui dimensões ingentes, já que o que está em jogo é o próprio destino da humanidade. Outrossim, exige da perspectiva do trabalho uma luta global e universalizante, dado que além da luta contra o próprio movimento do capital, tem que dirigir suas forças para a anulação do viés social-democrata e reformista dentro do próprio movimento operário. Com efeito, o filósofo húngaro György Lukács (1960, p. 106), em sua obra *História e Consciência de Classe*, já colocava como questão decisiva “a transformação interna do proletariado, de seu movimento para se elevar ao nível objetivo da sua própria missão histórica, crise ideológica cuja solução fará, enfim, possível a solução prática da crise econômica mundial”.

Para cumprir essa missão histórica a classe trabalhadora deve repensar a prática histórica do seu “braço sindical” e do seu “braço político”, assim como deve conhecer sua função mediadora e a possibilidade objetiva para se elevar de sua generidade em-si, muda, para a sua generidade para-si, mas para isso, precisa compreender a necessidade de superar as determinações econômico-corporativas imputadas pelo capital.

Nesse sentido, a perspectiva do proletariado não pode compartimentar a sociedade, não pode separar a luta econômica da luta política. Ao contrário, deve considerar a sociedade como um todo coerente, e, a partir daí, agir de forma central, modificando a realidade de forma totalizante. Para Lukács (1960: 115), “como a História coloca o proletariado perante a tarefa de uma *transformação consciente da sociedade* na sua consciência de classe teria que surgir a contradição dialética entre o interesse imediato e o objetivo final, entre o momento isolado e a totalidade.” Isso implica integrar-se na visão de conjunto do processo, priorizando o objetivo final, única forma de caminhar concreta e conscientemente para além do capital.

Permanece a pergunta, e também a certeza de que a crise econômica mundial – hoje muito mais agravada – só terá solução quando o proletariado, *suprimindo-se*, instaurar a *sociedade sem classes*.

7. Bibliografia

- ANDERSON, Perry. *Afinidades seletivas*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- AUED, Idaeto Malvezzi. "Transição ao socialismo: o caso da URSS". In: Revista Práxis, nº 10. Belo Horizonte: Projeto, 1997.
- BERNSTEIN, Eduard. "O revisionismo na social-democracia". In: Revista Novos Rumos nº 32. São Paulo: Revista do Instituto Astrojildo Pereira, 2000.
- BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BOBBIO, Norberto et alii. *Dicionário de Política*. (Verbetes: social-democracia). Brasília: Editora UNB, 1995.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- BRINTON, M. *Os bolcheviques e o controle operário*. Porto: Afrontamento, s/d.
- CHASIN, José. *A determinação ontonegativa da politicidade*. In: Ensaios Ad Hominem 1, Tomo III – Política. São Paulo: Ad Hominem, 2000a.
- _____. *A Miséria Brasileira: 1964 –1994: do golpe militar à crise social*. Santo André (SP): Ad Hominem, 2000b.
- _____. A sucessão na crise e a crise na esquerda. In: *Ensaio*, n. 17/18, São Paulo, 1989.
- CLAUDIN, Fernando. *Eurocomunismo y socialismo*. Madri: Siglo XXI, 1978.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia como valor universal*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- _____. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- DEL ROIO, Marcos. "Rosa Luxemburg e as origens da refundação comunista". In: Revista Novos Rumos nº 32. São Paulo: Revista do Instituto Astrojildo Pereira, 2000.
- DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1987.
- HOBBSBAWN, E. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985, v. 5
- HOLLOWAY, J. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Viramundo, 2003.
- LECLERQ, Yves. *Teorias do Estado*. Lisboa: Edições 70, 1981.
- LENIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Lisboa: Ed. Avante, 1975.
- _____. As tarefas imediatas do poder soviético. In: *Obras Escolhidas* (3 tomos), v. 2, São Paulo: Alfa Ômega, 1988.
- _____. Uma grande iniciativa (Sobre o heroísmo dos operários na retaguarda. A propósito dos sábados comunistas). In: *Obras Escolhidas* (3 tomos), v. 3, São Paulo: Alfa Ômega, 1980.
- LESSA, Sérgio. "Praticismo, alienação e individuação". Revista Práxis, nº 8. Belo Horizonte: Projeto, 1997.
- _____. "Crítica ao praticismo 'revolucionário'". Revista Práxis, nº 4. Belo Horizonte: Projeto, 1995a.
- LOUREIRO, Isabel Maria. *Rosa Luxemburg: os dilemas da ação revolucionária*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.
- LUKÁCS, Georg. *El asalto a la razón*. México: Grijalbo, 1959.
- LUKÁCS, Georg. *Histoire et Conscience de Classe: essais de dialectique marxiste*. Paris: Minuit, 1960.
- MANDEL, Ernest. *Critique de l'Eurocomunisme*. Paris: Maspéro, 1978.
- MARX, K. Glosas críticas marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma social". Por um prussiano. In: *Práxis*, n. 5, Belo Horizonte: 1995.
- _____. *A Guerra civil em França*. Povo de Varzim: s/e, 1971.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1993.
- _____. *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. Lisboa-Moscovo: Edições Avante!, 1982.
- _____. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. *O Capital*. Livro 3. Volume 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002
- _____. *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*. São Paulo: Ensaio, 1996.
- NETTO, José Paulo. *Democracia e transição socialista*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SALVADORI, Massimo. "Premissas e temas da luta de Karl Kautsky contra o bolchevismo: desenvolvimento capitalista, democracia e socialismo". In: VV. AA. *Karl Kautsky e o marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988. (Coleção Estudos Marxistas).
- SECCO, Lincoln. "A crise da sociedade do trabalho". In: Revista Práxis nº 3. Belo Horizonte: Projeto, 1995.
- TONET, Ivo. *Democracia ou liberdade?* Maceió: Edefal, 1997.

_____. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ijuí: Unijuí, 2005.

VRANICKI, Predrag. *Historia del Marxismo*. Volumen I. (De Marx a Lenin). Salamanca: Ediciones Sígueme, 1977.